



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ÉRICA MICHELLE DOS SANTOS
MANUELA DE ALMEIDA SILVA
MARIA ROSE NEIRE DE JESUS SANTOS**

**A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Um estudo à luz dos Anais
do CBAS nos períodos 2013 e 2016**

São Cristóvão - SE

2017

ÉRICA MICHELLE DOS SANTOS
MANUELA DE ALMEIDA SILVA
MARIA ROSE NEIRE DE JESUS SANTOS

**A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Um estudo à luz dos Anais
do CBAS nos períodos 2013 e 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social, sob orientação da
Prof.^a Dr.^a Noêmia Lima Silva.

São Cristóvão - SE

2017

ÉRICA MICHELLE DOS SANTOS
MANUELA DE ALMEIDA SILVA
MARIA ROSE NEIRE DE JESUS SANTOS

**A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
Um estudo à luz dos Anais do CBAS nos períodos 2013 e 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 28 / 09 / 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Noêmia Lima Silva (DSS/ UFS)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos (DSS/ UFS)
Primeira Examinadora

Prof.^a Me. Magaly Nunes de Gois (DSS/ UFS)
Segunda Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, meu guia sem Ele não conseguiria concluir este trabalho, foi quem me sustentou em meio às dificuldades. À minha família, meu muito obrigada pelo apoio e compreensão pelo tempo dedicado aos estudos, abdicando dos momentos de lazeres familiares. Aos meus pais Maria Madalena e Erasmo José muito obrigado pelo apoio e incentivo, amo vocês!

Em especial agradeço às minhas companheiras de trabalho Manuela Almeida e Maria Rose Neire que estiveram juntas comigo nesse momento tão importante da vida acadêmica, vocês moram no meu coração e não pagam aluguel. À professora Noêmia Lima Silva, gratidão por nos aceitar e orientar nessa jornada.

Enfim, me sinto realizada e com a certeza de dever cumprido. Em meio às lutas e dificuldades que não foram poucas, continuamos na luta e conseguimos vencer.

Érica Michelle dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por sempre ter estado comigo, sendo a minha rocha, minha fortaleza para vencer os obstáculos, lutas e desafios. Obrigada, Deus por concluir esta importante etapa da minha vida, uma etapa, a qual sonhei muito em chegar, por alcançar esta vitória tão almejada. Obrigada, DEUS!! O Senhor é bom em todo tempo e em todas as coisas.

A minha eterna gratidão aos meu pais, Maria Elza e Manoel Pereira, por serem o meu apoio, o meu suporte. À minha avó Luzia, mulher forte, de coragem, aos meus irmãos por fazerem parte da minha vida. Agradeço às minhas colegas Érica e Maria Rose, por caminharem junto, comigo na jornada acadêmica, não esquecerei dos momentos de descontração, de conversas, rrsrs. Uma sintonia incrível, que temos desde o primeiro período, e deu super certo! Admiro vocês duas, vocês são especiais para mim! Obrigada, companheiras!

Agradeço à minha orientadora Noêmia Lima Silva, por suas orientações e ensinamentos, importantes para a formação profissional. Gratidão às minhas supervisoras de estágio: Carla Silveira, Elaine Silva, Analice e Silvia Nascimento, que muito contribuíram para a aquisição de conhecimento, vocês são profissionais as quais tenho muitíssima admiração.

Obrigada a todos que torceram pela minha conquista. Um ciclo concluído, novos surgirão, mas que eu nunca perca a esperança de chegar onde almejo alcançar.

Manuela de Almeida Silva

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao Senhor Deus, por permitir que eu seguisse minha trajetória com saúde, fortalecendo e guiando o meu cotidiano, a meus filhos Silvaneide, Rosemeire e Jonatha, minha mãe Maria Rosa, e meu sobrinho Genísson André, pelo apoio e incentivo todo esse tempo, esse carinho eu defino em uma só palavra obrigada.

Os meus agradecimentos especiais as minhas companheiras Erica Michelle e Manuela de Almeida que fizeram parte dessa caminhada e desse momento fundamental da minha vida acadêmica. A professora Noêmia Lima Silva obrigada por nos receber e orientar o nosso percurso.

Chego ao final com a sensação de dever cumprido, porém esse percurso não pode parar, que os desafios e as dificuldades não sejam obstáculos para desistir, pelo contrário me deu força para continuar em um cotidiano cheio de limitações, principalmente dentro da nossa conjuntura atual.

Maria Rose Neire de Jesus Santos

"O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários."

Marilda Iamamoto

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, discute sobre a Atuação dos Assistentes Sociais na Questão da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes, abordando o histórico da proteção das crianças e adolescentes no Brasil colônia, apresentando quem foram os responsáveis pela assistência e proteção dessa categoria até chegar ao Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA). No decorrer do trabalho foi feito um breve histórico do ECA, que marca um momento importante, um "divisor de águas" para garantia de direitos sociais, uma conquista que resultou da luta de movimentos sociais, que mesmo sendo um avanço, contém desafios e embates em sua efetivação. A violação dos direitos contra crianças e adolescentes está relacionada com a prática da violência em suas variadas formas. Muitos sofrem com a violência doméstica praticada por seus familiares e sabe-se que a família é responsável pela proteção e promoção do bem-estar dos seus membros. Quando ocorre o inverso é necessário buscar formas de intervenção para reverter a situação. Diante disso, o foco da pesquisa é saber como é a atuação dos Assistentes Sociais nos casos de violência doméstica praticada contra esse segmento. Para entender esse processo de intervenção, apresenta-se a profissão Serviço Social no Brasil, destacando acontecimentos importantes para a profissão e o processo de formação e ação profissional. Sabe-se que o Serviço Social trabalha intervindo nas expressões da questão social, que são fruto das desigualdades sociais da sociedade capitalista. A violência é vista como consequência das relações sociais, é uma questão histórica que vem desde os primórdios, não é algo intrínseco da contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, tendo como fonte os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nos anos de 2013 e 2016, campo de busca escolhido para colher as experiências profissionais, na questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Apresenta-se um breve histórico desse evento que ocorre a cada três anos, trazendo também a conjuntura do país em cada ano delimitado na pesquisa. Por fim é exposto o resultado do trabalho, elencando quais foram as experiências profissionais de acordo com suas intervenções e os desafios a serem vencidos. Os resultados mostram que os profissionais necessitam de investimentos na capacitação profissional, que em determinados momentos se tornou falha, e que a conjuntura do país de certa forma interferiu na atuação profissional dos assistentes sociais. Considera-se que a pesquisa serviu para ter conhecimento de como os assistentes sociais intervêm na questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes,

visualizando as dificuldades e barreiras do exercício profissional frente a conjuntura de retrocessos.

Palavras-chave: Violência doméstica; assistente social; crianças e adolescentes; Congresso CBAS

ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper discusses the role of social workers in the issue of domestic violence against children and adolescents, addressing the history of child and adolescent protection in colony Brazil, presenting who were responsible for the assistance and protection of this category until reach the Statute of Children and Adolescents (ECA). In the course of the work, a brief history of the ECA was made, which marks an important moment, a "watershed" to guarantee social rights, an achievement that resulted from the struggle of social movements, which, although a breakthrough, contains challenges and in its effectiveness. Violation of rights against children and adolescents is related to the practice of violence in its various forms. Many suffer from domestic violence practiced by their families and it is known that the family is responsible for protecting and promoting the well-being of its members. When the reverse occurs, it is necessary to seek ways of intervening to reverse the situation. Therefore, the focus of the research is to know how the Social Workers act in cases of domestic violence against this segment. To understand this process of intervention, the profession Social Service in Brazil is presented, highlighting important events for the profession and the process of formation and professional action. It is known that Social Work works by intervening in the expressions of the social question, which are the fruit of the social inequalities of capitalist society. Violence is seen as a consequence of social relations, is a historical issue that comes from the beginning, is not intrinsic of contemporaneity. This is a documentary and bibliographical research, based on the annals of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), in 2013 and 2016, a field of research chosen to collect professional experiences in the issue of domestic violence against children and adolescents. It presents a brief history of this event that occurs every three years, bringing also the conjuncture of the country in each year delimited in the research. Finally, the result of the work is presented, listing the professional experiences according to their interventions and the challenges to be overcome. The results show that professionals need investments in professional training, which at certain moments became flawed, and that the country's situation has, in a way, interfered with the professional performance of social workers. It is considered that the research served to understand how social workers intervene in the issue of domestic violence against children and adolescents, visualizing the difficulties and barriers of professional practice in the context of setbacks

Keywords: Domestic violence; Social Worker; children and adolescents; Congress CBAS

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Tipos de Violência Doméstica.....	40
Quadro II -Roteiro De Consulta Dos Anais 2016	44
Quadro III -Roteiro De Consulta Dos Anais 2016	48
Quadro IV –Quadros Demonstrativos das Publicações 2013.....	53
Quadro V –Quadros Demonstrativos das Publicações 2016.....	59

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

BH - Belo Horizonte

C.F - Constituição Federal

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

MBC - Movimento Brasil Livre

MEC - Ministério da Educação

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SAM - Serviço de Assistência do Menor

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UFF - Universidade Federal Fluminense

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PRIMEIRO CAPÍTULO: SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	18
2.1	Serviço Social no Brasil	18
2.1.1	Formação e Ação Profissional	20
2.2	Um espelho do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	24
3	SEGUNDO CAPITULO: CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	32
3.1	Criança e Adolescente no Brasil	32
3.1.1	Breve Relato do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	35
3.2	Violência Doméstica Infanto-Juvenil e seus principais tipos	37
4	TERCEIRO CAPÍTULO: PERCURSO METODOLÓGICO	42
5	QUARTO CAPÍTULO: ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DO CBAS 2013 e 2016	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO	75

1 INTRODUÇÃO

Muitas crianças e adolescentes têm seus direitos violados. Pensando nesse descumprimento de direitos focaremos a violência doméstica, por ser uma questão que atravessa o tempo e ocorre no âmbito familiar, lugar onde as crianças e adolescentes deveriam sentir-se protegidas. A violência atinge vários ângulos da vida desses sujeitos que estão em formação. Porém, é importante saber como se realiza a intervenção dos profissionais de Serviço Social no que se refere a proteção desse segmento. Sendo o Serviço Social uma profissão interventiva e que seus profissionais atuam visando a garantia de direitos sociais, trilhamos o propósito da presente pesquisa, tendo como objeto, a violência contra crianças e adolescentes. Ressalta-se que mesmo com as políticas de proteção para crianças e adolescentes, os casos de violência continuam fortes e aumentando na sociedade.

A violência praticada pela família tem sido justificada como forma de educar os filhos, sendo que a violência física é utilizada para correção em momentos que a criança ou adolescente, descumpra ordens da autoridade familiar. Em outros casos, a violência é fruto da reprodução social dos pais, pois acreditam que a forma como foram criados, é a maneira correta e eficiente de educar os filhos. Sabe-se que no momento de insatisfação com os filhos, os pais acabam perdendo o controle e praticando de forma brutal agressões que deixam sequelas profundas.

Cabe ressaltar que existem outros tipos de violência que ocorrem a nível familiar as quais são: física, psicológica, sexual e negligência, que são de complexa compreensão, por ocorrer em um ambiente onde deveria haver o amparo, cuidado e garantia dos direitos. É importante que os direitos fundamentais das crianças e adolescentes sejam assegurados pelo Estado, família e sociedade.

Diante das pesquisas realizadas acerca da atuação dos assistentes sociais sobre a questão da violência doméstica contra criança e adolescentes, nos despertou o interesse em realizar um estudo documental e bibliográfico sobre as experiências dos profissionais de Serviço Social na área em questão. O objetivo geral deste estudo é analisar a ação dos assistentes sociais junto as crianças e adolescentes em situação de violência doméstica com base nos anais do CBAS nos períodos 2013-2016.

Para alcançar essa finalidade teve-se como objetivos específicos: 1- levantar os anais do CBAS nos períodos referidos, através das experiências e relatos das experiências dos

assistentes sociais sobre a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes expressas nos anais, 2- identificar aspectos políticos sociais do Brasil no período em que estes trabalhos foram publicados e 3- estabelecer um processo comparativo das publicações nos períodos referidos.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), é um evento de natureza político-científica que acontece a cada três anos. Ressalta-se que foram escolhidos os anais de 2013 e 2016 por serem mais atuais. À princípio, também foi selecionada para pesquisa as publicações de 2010, mas devido às dificuldades de encontrar o material não foi utilizado. Este trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, em busca de referenciais teóricos que abordassem a questão da violência doméstica, o conceito de crianças e adolescentes, a trajetória no Brasil das políticas de proteção incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como referenciais sobre a profissão de Serviço Social, e a pesquisa documental, tomando por base os Anais dos CBAS.

O presente trabalho está composto por 4 capítulos. No capítulo I foi realizado um histórico da profissão Serviço Social, apresentando alguns fatos importantes para o rompimento com o conservadorismo da profissão. O Serviço Social é uma profissão liberal, com formação universitária, que trabalha com as mais variadas expressões da questão social, resultantes das desigualdades sociais do sistema capitalista.

Sabe-se que independente do espaço ocupacional em que o Assistente Social atua, suas atribuições são orientadas e norteadas pelo Código de Ética Profissional e pela Lei que Regulamenta a Profissão. O profissional deve realizar uma análise crítica da realidade, estruturar seu trabalho através das atribuições específicas para enfrentar as situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano. Para realizar essas competências e atribuições é necessário instrumentais adequados para cada situação.

Há também importantes eventos que contribuem para formação profissional, destaque para o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), considerado um dos maiores eventos do Serviço Social, pois reúne profissionais e estudantes de várias partes do país, e até de outros países para compartilhar experiências profissionais. É um evento realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e pelo CRESS da região a qual acontece o evento. O congresso ocorre a cada três anos, e conta com a participação de representantes importantes para a profissão.

Levando em conta os anos selecionados em que ocorreram os congressos, apresentou-se a conjuntura do país nos anos das publicações, como estava a política, a economia, e a

profissão diante dessas questões. Em 2013 vimos o aprofundamento da crise eclodida em 2008, os movimentos sociais e de massa que foram às ruas inconformados com os escândalos da política, a precarização do emprego, cortes de gastos com as políticas sociais entre outros fatores. Partindo para 2016, toda essa crise econômica e os escândalos de corrupção continuaram, pessoas inconformadas com a política passam a ir às ruas pedindo o impeachment presidencial, fato que foi consumado. Diante desse reboiço busca-se ver como a profissão foi atingida por essas questões conjunturais.

No capítulo II, foi apresentado o conceito de violência, com foco na violência doméstica também chamada de intrafamiliar, identificada em quatro tipos os quais são: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência. A violência atinge todas as classes sociais, é um fenômeno histórico que está ligado ao modo em que os homens se relacionam com a sociedade, causando grandes consequências na formação das crianças e adolescentes por serem vulneráveis e dependentes.

A etiologia da violência deve ser considerada a partir de fatores históricos, contemporâneos, culturais, situacionais, além de atribuídos às características dos pais e dos filhos. “O uso da força física, contra crianças e adolescentes por seus cuidadores, revela a crença nos valores autoritários e na asserção de poder dos pais sobre os filhos” (De Antoni, Teodoro e Koller, 2009; Oates, Ryan e Booth, 2000 apud Habigzang e Koller 2012). Na maioria das vezes a violência tem como justificativa uma prática de disciplinar, "educar", através de punição física, acreditando ser a melhor maneira para corrigir e colocar limites no filho. Relata-se também sobre a questão das crianças e adolescentes no Brasil desde a colônia, como eram as políticas para esse segmento até a promulgação do ECA, o estatuto chegou para dar fim às ações repreensivas do Código de Menores, afirmando que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, passando a ter proteção do Estado, família e sociedade em geral.

No Capítulo III, apresenta-se o percurso metodológico utilizado no trabalho, onde constam as etapas para alcance dos objetivos, informando como se deram os levantamentos das publicações de cada anal, os critérios de seleção, e quais foram as publicações selecionadas. Além de caracterizar o tipo da pesquisa, métodos e suas técnicas utilizadas para a coleta de dados.

Já o capítulo IV, que é o último, refere-se a análise dos dados coletados à luz do referencial teórico. O resultado da pesquisa é um demonstrativo das experiências dos profissionais de Serviço Social em relação a sua forma de intervenção na questão da violência doméstica contra as crianças e adolescentes, percebe-se que a conjuntura do país atingiu o

Serviço Social e as políticas públicas, onde também ocorreram a descaracterização dos direitos sociais, flexibilização do trabalho, comprometendo uma intervenção qualificada.

Por fim, apresenta-se algumas considerações, abordando o fechamento das questões contidas na introdução, as hipóteses levantadas, se foram confirmadas ou refutadas, se os objetivos foram alcançados, se a metodologia escolhida foi suficiente para coleta dos dados e a posição das autoras diante dos resultados obtidos.

O trabalho também tem o intuito de despertar o interesse dos profissionais que atuam com segmento, estudantes e público afins para pesquisas futuras que fortaleça a luta pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, de maneira que os profissionais busquem ampliar as formas de intervenção na questão da violência, como também aumentar o interesse por essa área. Também há uma importante divulgação do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que como foi dito anteriormente é um dos maiores e principais eventos do Serviço Social.

2 PRIMEIRO CAPÍTULO: SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O presente capítulo aborda sobre um breve histórico da profissão no Brasil, apresentando marcos importantes para construção do Serviço Social enquanto profissão, relata a atuação profissional e sobre o importante evento da profissão, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no período delimitado.

2.1 Serviço Social no Brasil

O Serviço Social é uma profissão liberal, interventiva, crítica que possui um caráter sócio-político. De acordo com Iamamoto (2012), é uma especialização do trabalho coletivo que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho que se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade, tendo em sua base de fundação a questão social e suas várias expressões, que são resultado das desigualdades sociais da sociedade capitalista, a questão social expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais. Ela afirma que “A profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social são fruto do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, tencionado pela guerra fria, ante as ameaças comunistas”. (IAMAMOTO, 2012, p.29).

Como profissão o Serviço Social surge e se institucionaliza na década de 1930, em articulação com o contexto histórico econômico em que vivia o país. Essa conjuntura teve fatores que propiciaram impactos políticos e econômicos, a queda da Bolsa de Valores em Nova York no ano de 1929, a revolução Russa, a Segunda Guerra Mundial, que contribuíram para o aumento do custo de vida da população devido à queda do preço de seu principal produto, o café e conseqüentemente o crescimento da pobreza.

O Brasil em 1930 vivia um momento em que o Estado regulava as tensões entre as classes sociais. Nesse tempo foram criadas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e o salário mínimo, medidas para o controle da classe trabalhadora. O país estava sob comando do governo provisório Getúlio Vargas que permaneceu no poder entre (1930 -1934). Com o pós-guerra de 1945 a autocracia burguesa se intensifica, o monopólio continuou propiciando uma industrialização tardia com Estados fracos na objetivação de direitos sociais e fortes no gerenciamento dos interesses capitalistas. As conseqüências foram a destruição das culturas locais, consolidação de serviços públicos precários, elite associada ao capital internacional.

De acordo com Silva (2013, p.87), “a autocracia burguesa no Brasil sustentou-se em um Estado antinacional e antidemocrático, capaz de privar amplos segmentos de diversas classes sociais de mobilização, organização e de representação”. As classes sociais foram prejudicadas, todo esse cenário de exclusão e privações materializou um pacto contrarrevolucionário, onde o Estado tinha o papel reprimir quem se opusesse a ditadura necessária à imposição da ordem monopolista.

Segundo Silva (2013) a ditadura militar alterou a cultura, educação, política e a economia, eliminando os revolucionários da tradição marxista que estavam se formando, conseqüentemente ocorreu a banalização da teoria marxista, que passou a ser visto com um viés voluntarista. A ditadura fascista monopolista atinge o ápice entre 1968 e 1974, mas desde de 1945 o capitalismo de monopólios vinha se aprofundando. Esse aprofundamento marcado pela modernização conservadora impôs uma revisão do Serviço Social como profissão.

No processo de reconceituação, o conservadorismo profissional se deu através de duas tendências: a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo, ambas seguem caminhos diferentes, sendo que em determinados momentos elas são colocadas em oposição, mas se encontram em um ponto fundamental que é a não crítica a ordem monopólica.

Na segunda metade dos anos 60, a perspectiva modernizadora que se manteve hegemônica durante o período ditatorial foi a que mais se identificou com as tensões sociais causadas pela autocracia burguesa. Essa proposta se ajustou ao Serviço Social sendo documentada nos encontros de Araxá e Teresópolis, nesse mesmo tempo se moderniza as abordagens de caso, grupo e comunidade.

Outro evento importante para a profissão foi o Seminário de Sumaré, o marco importante desse evento está registrado no documento de Sumaré que fez referência a outra matriz teórica, apresenta características genéricas da fenomenologia, que serviu de inspiração para Serviço Social reconceituado. A proposta fenomenológica interpreta o fenômeno a partir do “eu”, o que importa é a pessoa humana que vive a situação, pois cada pessoa tem sua história, são seres que não se repetem. A perspectiva modernizadora não deu fim ao conservadorismo, cabe ressaltar que foi no seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista que surgem reflexões acerca da vertente de reatualização do conservadorismo, essa vertente de inspiração fenomenológica, transmite uma dialética entre a ruptura e continuidade do passado profissional, uma característica dessa vertente é uma nova base teórica para fundamentar as pratica dos profissionais, recusa padrões do positivismo e assume posturas que exclui o pensamento crítico-dialético.

Os primeiros estudos com inspiração marxistas do Serviço Social veio ao público no início dos anos 1980, chamado de método de Belo Horizonte liderado pelas prof. Leila Santos e Ana Queiroga. O método de BH trouxe ao Serviço Social ganhos importantes e significativos, além de ser um marco para o processo de intenção de ruptura que tinha a pretensão de romper com conservadorismo e reformismo.

Conhecido como “Método de Belo Horizonte” e tratado por Paulo Netto (1991, p. 247) como a gênese do projeto de “intenção de ruptura” no Brasil, a proposta avança substancialmente em relação às anteriores e, de certa maneira, incorpora um conjunto de experiências mais à esquerda vinculadas à resistência à ditadura burguesa, à redemocratização do Brasil, aos movimentos populares voltados – por diferentes caminhos – à contestação da ordem e às universidades. (SILVA, 2013, p. 98).

No período da ditadura os problemas estruturais foram aprofundados, ocorreu a mudança no padrão de acumulação que passou a ser flexível. Esse novo formato de acumulação do capital surgiu novos desafios devido ao crescimento da “questão social”. A crise estrutural de 1970 afetou o mundo do trabalho, houve o aumento do desemprego, precarização das condições de trabalho, desregulação das leis trabalhistas, a luta de classe é enfraquecida, os trabalhadores são transformados em colaboradores institucionais, com a visão de que o cumprimento da missão institucional, faz com que todos ganhem.

De acordo com Silva (2013) a partir de 1990 o projeto de intenção de ruptura aprofunda o debate com o marxismo através das fontes originais e avança nas discussões, encaminhamentos e propostas nos espaços da categoria, esses espaços ocupados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS), desencadearam importantes revisões no nível da graduação e pós-graduação.

2.1.1 Formação e Ação Profissional

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), foi em 1936 que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, a profissão só foi regulamentada em 1957, é uma profissão de nível superior, tem um cunho humanista, e é necessário estar registrado no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) para poder exercer a profissão.

A formação dos assistentes sociais é realizada através de universidades públicas e privadas regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC). De acordo com as diretrizes

curriculares, na nova lógica curricular o profissional deverá ter na base de formação a capacitação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativas, o profissional deverá analisar o movimento histórico da sociedade apreendendo suas particularidades, compreender os significados da profissão, identificar as demandas da sociedade para formular respostas para o enfrentamento da questão social, dentre outras habilidades.

As Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS – após ampla interlocução com a categoria profissional – implicam numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

As diretrizes curriculares são de suma importância para a formação acadêmica dos assistentes sociais, ela afirma que os profissionais devem estar habilitados nas três dimensões da profissão, é necessário ter a capacitação teórica, princípios éticos, posicionamento político e ser provido de instrumentais técnicos para formular e implementar propostas para intervir nas expressões da questão social.

Segundo Guerra (2012), a dimensão teórico-metodológica é uma dimensão formativa que permite a produção de conhecimentos, é um campo onde são revisados os fundamentos técnicos, teóricos e ético-políticos, além de orientar a direção e estratégias da ação e formação profissional, nesta dimensão é possível fazer uma crítica do cotidiano com embasamentos teóricos. Na dimensão ética-política realiza-se a análise da sociedade, da profissão e da consciência do profissional, é preciso ter totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, é nessa dimensão que os assistentes sociais transmitem a direção social de sua intervenção. A dimensão técnico-operativa se refere aos elementos técnicos e instrumentais necessários para o desenvolvimento da intervenção, nessa dimensão o assistente social constrói, reproduz códigos de orientação, valores e normas, além de articular um conjunto de saberes, metodologias e habilidades para realizar a ação.

Salienta-se que para a formação em Serviço Social é necessário ter os conteúdos de Sociologia, Teoria Política, Economia Política, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Formação-Sócio Histórica do Brasil, Direito e Legislação Social, Política Social, Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, Classes e Movimentos Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade, Serviço

Social e Processos de Trabalho, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além das Atividades Complementares, seminários temáticos, oficinas/laboratórios.

Segundo a ABEPSS (1996), a nova estrutura curricular deve projetar-se para o futuro, abrir novos caminhos. Essa nova estrutura propõe a superação da fragmentação do processo ensino-aprendizagem, e uma nova forma de processo que é a relação teoria-prática, que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão.

Tendo em vista o crescimento das desigualdades sociais, a globalização e a financeirização da economia, a configuração social da profissão passa a depender das respostas dos agentes da profissão articulados com o projeto profissional. Segundo Netto (2009), os projetos profissionais são a autoimagem da profissão, são construídos coletivamente, são indissociáveis do projeto societário, são estruturas dinâmicas que respondem às alterações das necessidades sociais e expressam o desenvolvimento teórico e prático da profissão.

O projeto ético-político profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social-brasileiro. Tem suas raízes nas forças sociais progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto (CFESS, 2012, p.44-45).

É importante sinalizar que o projeto ético político expressa o amadurecimento da profissão, foi construído no momento em que ocorriam transformações políticas e econômicas marcadas pelo neoliberalismo, nesse período aconteceram lutas pela democracia, a transição e ruptura com o conservadorismo do Serviço Social, o projeto ético político tem em seu pilar a lei de regulamentação da profissão e as diretrizes curriculares, o maior desafio para que o projeto seja efetivo é torna-lo um guia efetivo da profissão. As transformações ocorridas no campo teórico-metodológico e político resultaram no Código de Ética Profissional de 1986, que devido ao amadurecimento profissional e as mudanças da sociedade brasileira, gerou a necessidade de revisar esse código, ocorreu uma construção democrática de sua normatização sendo expressa no Código de Ética Profissional de 1993 aprovado no XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS.

Independente do espaço ocupacional em que o assistente social atuar, suas atribuições serão orientadas e norteadas pelo Código de Ética Profissional e pela Lei 8662/93 que regulamenta a profissão. Segundo Iamamoto (2012), as competências e atribuições profissionais devem ser analisadas a partir das mudanças ocorridas no padrão de acumulação e regulação social pautadas na globalização, essas mudanças tiveram como consequência a descaracterização dos direitos sociais, radicalização das expressões da questão social, redução das responsabilidades do Estado, mudanças no mercado e nos processos de trabalho e alterações das demandas dos assistentes sociais. O exercício profissional exige um profissional com competências para propor e negociar com as instituições os seus projetos, salienta-se, pois, que os profissionais também executam, implantam e formulam políticas públicas que são meios de acesso aos direitos sociais.

Sinaliza-se que na contemporaneidade as expressões da questão social vêm assumindo novas formas, requisitando dos assistentes sociais diferentes maneiras de intervenção. Os assistentes sociais atuam nos mais diversos espaços ocupacionais, as áreas que mais empregam esses profissionais são assistência, saúde, previdência. Para responder as questões que são postas ao exercício profissional, é necessário estar capacitado, ter fundamentos nas dimensões da profissão, além de portar em sua bagagem instrumentos adequados para cada intervenção.

Guerra (2007), afirma que há diferenças entre instrumentalidade e instrumentos, a autora relata que a instrumentalidade está ligada as capacidades profissionais construídas ao logo do processo histórico da profissão, enquanto os instrumentos são as técnicas utilizadas para responder as demandas das classes sociais que são postas aos profissionais no cotidiano. Entende-se então que a instrumentalidade são as qualidades que os profissionais têm em operar os instrumentos presentes na dimensão técnico-operativas.

As capacidades profissionais são adquiridas no cotidiano, no momento em que os assistentes sociais usam diferentes instrumentos para intervir na realidade social, ele transforma a natureza, o homem e a si mesmo, adquire novos conhecimentos e concretiza a objetivação. É importante conhecer a totalidade da demanda para utilizar os instrumentais adequados, os quais os assistentes sociais devem ter domínio e clareza, para obter os resultados esperados.

Os principais instrumentos utilizados pelo serviço social são a entrevista individual ou grupal, a observação participante ou ativa, diário de campo ou livro de registro, visita domiciliar, estudo social, parecer social, laudo social, relatório social. Os assistentes sociais precisam aperfeiçoar a instrumentalidade, para dar respostas as demandas postas pelo capital

que requer respostas imediatas tornando esses profissionais meros instrumentos de alcance dos objetivos da ordem burguesa.

Dando enfoque a atuação dos assistentes sociais na questão da violência, salienta-se que o profissional é qualificado para intervir nessas situações, o que se espera da atuação é uma compreensão da realidade, postura crítica, ética e técnica, e os fundamentos das dimensões da profissão para identificar os casos de violência e encontrar os instrumentais adequados para a intervenção. Sabe-se que há também limitações que podem interferir na intervenção, as desigualdades sociais, e as políticas públicas fragilizadas, tem em alguns momentos impedido o acesso aos direitos sociais. Diante desses casos é necessário que categoria lute com o poder público para implantar políticas públicas mais eficazes e fortalecer as que já existem.

A violência também é expressão da questão social, é necessário compreendê-la a partir do movimento das relações capitalistas que gera contradições sociais. A violência é uma privação dos direitos, que se manifesta em todas as classes sociais e de diversas formas. Sendo está um problema social que perpassa as relações humanas, muitas vezes sendo difícil ser identificada e compreendida pois não se configura em um ato isolado, ela envolve fatores econômicos, culturais, sociais.

Ressalta-se que o profissional deve compreender o fenômeno da violência em sua totalidade, despidendo-se da naturalização dessa questão que é presente no cotidiano. É importante ter uma escuta qualificada para ouvir as denúncias de violência e identificá-la buscando formas para seu enfrentamento. Por ser uma questão complexa também se sinaliza a importância de uma qualificação continuada para que as intervenções sejam eficientes e qualificadas.

A produção do conhecimento em Serviço Social, contribui para fortalecer e qualificar os profissionais. As pesquisas, relatos de experiências, publicações em eventos importantes para profissão, contribuem para formação dos assistentes sociais, por contar com debates acerca da profissão. Muitos são os eventos que contribuem para a qualificação dos assistentes sociais e reflexão do exercício profissional, dentre eles seminários, simpósios, congressos que contam com a participação de profissionais e estudantes, de várias regiões e países.

2.2 Um Espelho do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

De acordo com os eventos realizadas pelas entidades de Serviço Social, detecta-se que foi em 1947 que aconteceu o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo

Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), considerada a primeira grande conferência que reuniu diversas entidades ligadas aos Serviço Social e Assistência. O Congresso foi um encontro de preparação para o 2º Pan Americano de Serviço Social realizado em 1949 no Brasil.

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social só aconteceu em 1961, com intervalo de 14 anos. Esse Congresso assim como o primeiro teve caráter preparatório, só que neste caso, para o XI Conferência Internacional de Serviço Social que ocorreu em 1962, na cidade de Petrópolis-RJ. Após esses 14 anos, houve uma significativa mudança no campo da profissão, a conjuntura do país estava pautada em um novo cenário devido às políticas populistas e a vitória de Jânio Quadros.

O projeto janista propõe enfim, um desenvolvimento harmônico e humano Percebendo a causa da crise moral e político social, propõe soluções moralizantes, justiça social, solidariedade. Preocupado com a racionalidade, exige um planejamento democrático e a integração nacional (IAMAMOTO ; CARVALHO, 2006 p.347).

O Serviço Social estava sendo objeto de conquista nacional e, diante desse quadro, a profissão precisou readaptar seus discursos e métodos com a preocupação da classe dominante. O segundo Congresso foi “uma estratégia de atualização em relação às ideias que agitam os setores dominantes e às demandas objetivas que fazem à instituição Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, p 349, 2006). O congresso foi importante para o desenvolvimento da profissão, realizado sob impacto do crédito de confiança dado a instituição pelo chefe do poder Executivo. Nesse período a profissão passa a utilizar os métodos do Serviço Social de Caso e de Comunidade.

Um marco importante para o Serviço Social ocorre em 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais denominado de “Congresso da Virada”. Nesse tempo os assistentes sociais começaram a se firmar na profissão rompendo com o tradicionalismo profissional, passaram a compreender as relações capital/trabalho, Estado/Sociedade, foi um momento de luta por um Estado democrático de direitos, junto aos movimentos sociais que já vinham lutando contra a ditadura militar. A profissão obteve ganhos importantes nesse período, os assistentes sociais passaram a ser críticos, e foram de encontro ao conservadorismo profissional.

Em 2009 o “Congresso da Virada” completou 30 anos, e nesse decorrer a profissão passou a ter um alicerce teórico-metodológico importante para apreender a realidade social em sua totalidade, a nível intelectual os assistentes sociais foram incentivados a estudarem e

pesquisarem de forma qualificada. Todo esse momento de lutas e enfrentamentos foram muito importantes para que o Serviço Social se tornasse uma profissão interventiva, crítica, ética política, que luta pela garantia de direitos e por uma nova sociabilidade.

De acordo com o CFESS (2015), atualmente o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), é o maior e principal evento do Serviço Social, é um espaço importante de publicações científicas, partilha de experiências profissionais. O congresso reúne um grande número de estudantes e profissionais de Serviço Social, é realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pelo Conselho Regional de Serviço Social da cidade em que ocorre o congresso, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Destaca-se aqui, a 14ª edição do CBAS que ocorreu no ano de 2013, entre os dias 14 a 18 de outubro, em Águas de Lindóia-SP, com o tema "Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais. O tema escolhido retrata a questão da crise política e econômica em que vive o país, consequência da crise intensificada em 2008, momento difícil em que os direitos sociais foram descaracterizados, ocorre então uma reconfiguração das políticas sociais, os movimentos sociais estavam sendo criminalizados, salienta-se que foi um período importante para debates acerca da conjuntura em que vive o país e a relação do Serviço Social com todo esse movimento e como se dá o trabalho dos assistentes sociais no referido tempo.

Aconteceram apresentações de trabalhos, com os seguintes eixos temáticos:

- Educação, Comunicação e Cultura
- Ética e Direitos Humanos
- Fundamentos, Trabalhos e Formação Profissional do Serviço Social
- Infância, Adolescência e Juventude e Envelhecimento
- Justiça, Violência e Segurança Pública
- Movimentos, Lutas Sociais e Organização Política da Classe Trabalhadora;
- Questão Urbana, Agrária e Ambiental
- Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade
- Seguridade Social: Formulação e implementação
- Seguridade Social: Controle social e sujeitos políticos
- Fundamentos e projeto profissional do Serviço Social

Cabe destacar que foi debatido nesse congresso a importância de a categoria profissional estar unida para lutar, pois a sociedade vive em momentos em que os movimentos sociais estão sendo criminalizados. As ruas estão sendo povoadas por movimentos que lutam para promover mudanças na política de Estado, e pela não opressão da sociedade aos movimentos. Salienta-se que o CBAS é um espaço muito importante para fortalecimento das lutas a favor dos interesses coletivos da categoria. O Serviço Social estava experimentando mudanças significativas, a profissão tem sido confrontada de um lado, com uma cultura crítica e organizada da profissão contra o capitalismo e do outro lado ocorre um avanço da racionalidade conservadora.

A conjuntura política e econômica do Brasil em 2013 refletia as consequências da crise econômica iniciada em 2008. É um período em que há mudanças no cenário das manifestações do país, a partir de junho de 2013 surge novos atores políticos. Um fator que levou a população a sair de sua zona de conforto foi a indignação contra as denúncias e escândalos de corrupção, os gastos investidos na Copa do mundo de futebol, as ações do governo, e a maneira como a política estava sendo feita, deixou a população revoltada.

Gohn (2017), relata que as manifestações de junho de 2012, iniciaram a princípio devido ao aumento das tarifas dos transportes, e logo após foram intensificando as demandas para outras áreas do setor público, com aproximadamente um público com mais de um milhão de pessoas. O diferencial desse movimento se dá pela forma de organização, protagonizado por jovens um novo fator de mobilização entra em cena, as redes sociais, meio pelo qual era convocado os atos públicos. Todo esse movimento foi caracterizado sem a presença de bandeiras partidárias, ou outra qualquer fonte que representasse algum partido político, o fato de rejeitar representações políticas gerou tumultos entre aqueles que as defendiam.

As manifestações ocorreram simultaneamente em várias regiões do Brasil. Cabe ressaltar que esse não foi um ato pacífico, além das pessoas que protestavam por um país mais justo igualitário de forma tranquila, existiu dentre esse ato ações de violência, destaque para a presença dos Black Blocs pessoas mascaradas que usam a violência como tática de luta, são pessoas que não se consideram vândalos, utilizando toda uma violência performática através de elementos interativos para ultrapassar atos de desobediência civil, os atos são a quebra de vidraças, bancos, janelas, o alvo desse grupo é o capital e o luxo.

Os manifestantes foram tratados pela mídia como vândalos é importante perceber que esse momento há a criminalização dos movimentos sociais, dentre essa massa que estava nas ruas percebe-se a falta de conhecimento político para articular as reivindicações, a mídia aproveitou essa falha para confundir as pessoas que assistiam as notícias, os manifestantes

passam a ser denominados de baderneiros, o jogo mudou de lado os manifestantes passaram a ser os opressores e o Estado a vítima, vê-se assim a forte influência da mídia na vida das pessoas que passou a denominar todo o movimento com caso de polícia.

Cabe salientar que nos protestos de junho o foco não foi unilateral, haviam várias reivindicações, sendo assim ocorreram manifestações simultâneas, de acordo com Gohn (2017) houve manifestações da Marcha das vadias, Marcha da Maconha, greves, ocupações em universidades, atos contra PEC 47, Marcha da Família com Deus, Paradas livres/Gays, entre outras manifestações. Essas manifestações que levaram uma multidão as ruas surpreenderam governos e analistas pois havia por parte do governo federal a elaboração de projetos e programas de inclusão social.

Nesse cenário de reivindicações, o Serviço Social como uma profissão que luta junto aos trabalhadores a favor da garantia dos direitos sociais, participa de forma favorável na busca de uma nova ordem societária, é uma luta pela liberdade e pela emancipação humana, um momento de reafirmação da luta política. Na conjuntura de 2013 as políticas sociais estavam cada vez mais focalizadas, os direitos sociais passavam por um momento de descaracterização, os assistentes sociais passam a ser confrontados pelo aprofundamento da precarização, intensificação e flexibilização do trabalho. Para a categoria profissional é através das lutas que se conquista os direitos sociais.

Do assistente social passa a ser exigida uma prática mais criativa e inovadora, de forma a evidenciar processos educativos voltados para o fortalecimento de organização sociopolítica, numa perspectiva crítica, autônoma e emancipatória que pode contribuir para qualificar a participação social deste segmento junto à esfera pública (CRESS-MG, 2013, p.02).

A precarização do trabalho é evidente, um dos campos que mais contrata assistentes sociais, a política de assistência social não contrata profissionais de Serviço Social a um bom tempo, de acordo com CFESS (2013) desde 2012 não se realizou concursos público para contratar profissionais de ensino superior para trabalhar no Sistema Único de Assistência (SUAS). O assistente social é chamado a enfrentar os desafios impostos pela conjuntura em questão, segundo o CFESS (2013) “A conjuntura atual exige que enfrentemos com determinação e coerência os desafios referentes à nossa organização política e à construção de alianças, para enfrentar a negação e restrição dos direitos...”. As lutas em que os assistentes sociais participam estão de acordo com Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Sinaliza-se que a instância maior da profissão Serviço Social o CFESS, em meio a difícil conjuntura, lutou a favor da categoria profissional, foi movida uma ação judicial para implementar a lei aos assistentes sociais que trabalham no serviço público federal; defesa de um piso salarial para os assistentes sociais; além de participar de fóruns em defesa dos trabalhadores (as).

A última edição a contar do tempo presente, aconteceu em setembro de 2016 na cidade de Olinda-PE. Foi o 15º Congresso que teve como tema “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”, o evento teve como objetivo a comemoração de datas importantes para a trajetória da profissão, o tema escolhido traz aos assistentes sociais uma reflexão das conquistas e trajetórias da profissão, para a construção de estratégias contemporâneas.

Durantes os dias do evento aconteceram também plenárias simultâneas, e salienta-se que diferentemente dos outros CBAS, em 2016 a apresentação dos trabalhos se deu somente em forma de pôsteres, que foram expostos à visitação nas sessões temáticas. Cada sessão correspondia a um eixo de pesquisa, os quais foram:

- Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
- Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
- Trabalho, Questão Social e Serviço Social
- Política Social e Serviço Social
- Movimentos Sociais e Serviço Social
- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades

O 15º CBAS aconteceu em um momento em que o Brasil passava por um processo conturbado, o país estava vivendo uma crise política e econômica, tinha passado pelo processo do impeachment, havia o desmonte das políticas sociais, debates sobre as reformas previdenciárias e trabalhistas, entre outros fatores que deixaram a conjuntura efervescente. Esse congresso trouxe à reflexão as conquistas do Serviço Social nesses 80 anos, onde, em sua gênese era marcado pela caridade, foi avançando travando lutas a favor dos direitos sociais, rompeu com o conservadorismo, tornando-se uma profissão cada vez mais política e interventiva, que a cada dia vem lutando para alcançar novas conquistas para a profissão e para o campo das lutas sociais. O congresso contribuiu para a discussão da profissão que vem

sendo afetada pela atual conjuntura, com a descaracterização dos direitos sociais, desemprego, a precarização do ensino, os espaços sócios ocupacionais sofrendo reformulações.

O ano de 2016, entrou para a história do Brasil, ficou marcado como o ano do impeachment, onde ocorreu segundo Gohn (2017), a maior manifestação de rua do país. Nesse período houve o aprofundamento das divisões políticas e das mobilizações ocorridas em 2015, os movimentos que se destacaram foram o Vem para rua e o Movimento Brasil Livre (MBL). Esses grupos se ampliaram durante 2015 a 2016, e as frentes de lutas eram compostas por movimentos clássicos e novos. Um exemplo de um novo movimento é o Levante da Juventude, com mobilizações que povoaram às ruas do país onde teve a presença de sindicatos, movimento estudantil, movimento sem-terra, entre outros representantes, que protestavam devido a indignação sobre a corrupção, o desemprego, insegurança. Esses temas atraíram milhares de pessoas a irem às ruas. Em março, o cenário político ofereceu razões para o povo ir as ruas, a indignação da população explode.

Depoimento coercitivo de Lula, declarações do senador Delcídio do Amaral, ex líder do PT, nomeação de Lula para Casa Civil, divulgação e áudio da conversa da presidente Dilma com Lula sobre a posse. O país ferveu, a ira da multidão aguçou-se, a parte da população que ainda apoiava Dilma ficou perplexa (GOHN, 2017, p.74).

Mesmo com as acusações à presidente, o cenário político brasileiro ainda no mês de março, promoveu atos em defesa do governo federal, através de dois grupos: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, que teve como bandeira “não vai ter golpe”. Existiram duas frentes de protestos, os que eram a favor do *impeachment* falavam que essa era a medida para a mudança do país, se vestiram de verde e amarelo, tinham como slogan o “Fora Dilma, fora Lula, fora PT”, já os que eram contra o *impeachment* vestiram-se de vermelho, alegavam que essa medida era um golpe de Estado, diante dessa controvérsia percebe-se que o país estava dividido. Há uma dicotomia, pois figuras públicas dos dois grupos estavam envolvidas nos escândalos de corrupção. De acordo com a informação de Gohn (2017), as frentes Brasil Popular e Sem Medo mobilizaram aproximadamente 100 mil pessoas protestando a favor da permanência da presidente Dilma.

O *impeachment* aconteceu no dia 31 de agosto de 2016, e com a saída da presidente Dilma, assumindo o governo o vice-presidente Michel Temer. A conjuntura mudou e vem mudando a cada dia. Esse novo cenário político fez com que:

Os movimentos clássicos passam à defensiva, contra o corte de direitos sociais e trabalhistas e resistência às reformas propostas. Retomam suas práticas tradicionais, com baixa intensidade (...). Após o impeachment, as ruas continuam sendo a esperança de reconquista da força desses movimentos sociais (GOHN, 2017, p. 77).

Nesse cenário de crise, os mais afetados são a classe trabalhadora e subalterna, que vê seus direitos cada vez mais diminuídos, desemprego, os programas sociais que já eram seletivos e focalizados, passaram ser mais criteriosos. O Serviço Social tem sido atingido por essa conjuntura, tanto na formação profissional como nos espaços sócio ocupacionais. Diante dessas questões os profissionais continuam lutando para fortalecer as classes trabalhadoras e denunciar ataques e retrocessos aos direitos humanos.

Os espaços profissionais e ocupacionais tradicionais, como saúde, assistência social e previdência, sofrerão reveses e terão atualizadas suas demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo/racionalização do trabalho profissional. No campo da assistência social, por exemplo, novos segmentos das classes proletárias acorrerão a essa política em função do desemprego; na Previdência Social, já se anunciam outras problemáticas derivadas das relações de trabalho precarizadas e da rigidez de critérios de revisão/definição de benefícios, perícias, seguro-desemprego etc. A saúde, vivenciando um brutal desmonte, também presenciará o crescimento da demanda em função da inadimplência e dos desligamentos massivos de trabalhadores e de suas famílias dos planos e seguros privados de saúde. Na área sociojurídica, também são identificadas refrações com a ideologia da judicialização/individualização das lutas, combinadas com a criminalização da pobreza, das drogas, do aborto; ampliação da violência com a população negra, mulheres, crianças, idosos, homossexuais, transexuais, travestis etc., afetando não apenas os direitos sociais, mas os direitos civis e políticos. (MOTA, 2017, p. 48)

A precarização do trabalho reflete na atuação profissional, cabe salientar que é preciso se aperfeiçoar para buscar outros meios de intervenção, para essas novas demandas que vem surgindo em decorrência da conjuntura, ressalta-se a importância do projeto ético político que norteia a profissão e dá suporte para lutar contra o projeto das classes dominantes que vem direcionando o país.

3 SEGUNDO CAPITULO: CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Esse capítulo discute sobre os responsáveis pela proteção das crianças e adolescentes no decorrer do tempo, até chegar na promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e apresenta o conceito de violência, os tipos e como as crianças e adolescentes são atingidas por esse fenômeno.

3.1 As Crianças e os Adolescentes no Brasil

A infância deve ser analisada desde os tempos coloniais, essa é uma fase de grandes descobertas da vida, momento de mudanças psíquicas e de desenvolvimento humano. As crianças e os adolescentes são cidadãos e sujeitos de direitos, um potencial futuro da história da nação. A adolescência é um momento onde ocorre a transição da infância para a vida adulta, fase difícil de muitos desentendimentos e choques de personalidades, é momento de mudanças físicas, sociais e mentais, muitos começam a experimentar as sessões da vida e são incompreendidos pelos adultos, pela família.

Atualmente, as crianças e os adolescentes são de responsabilidade do Estado, família e sociedade em geral, mas olhando a história do Brasil em relação a esses sujeitos, observa-se que passaram por muitas mãos.

Rizzini e Pilotti (2009) apresentam em seu texto, as mãos em que passaram as crianças e adolescentes, a começar pelo período colonial. Os autores afirmam que a assistência à infância no período colônia seguia determinações de Portugal, os jesuítas evangelizavam as crianças impondo-lhes os costumes cristãos, com a estratégia de torná-los futuros súditos do Estado português e assim influenciar os adultos a se converterem as estruturas sociais e culturais do Estado.

Relata-se que os filhos de escravos ficavam sob os cuidados dos senhores até os 14 anos, após esse período os senhores podiam reembolsar os gastos com as crianças, fazendo com que elas trabalhassem gratuitamente até os 21 anos, ou as entregavam ao Estado que tinha que os indenizar. Além de que muitas dos filhos de escravos morriam, devido suas mães serem alugadas como amas de leite, para os filhos dos senhores.

As crianças também passaram pelas mãos das Câmaras Municipais em 1521, os representantes da Câmara que pertenciam a Casa de Misericórdia, não conseguiam

administrar os custos dessa assistência a crianças. Nessa época as crianças pobres e as que nasceram fora do casamento as quais não eram aceitas, tinham por fim o abandono, a partir de então a Santa Casa de Misericórdia criou a roda dos expostos onde as crianças abandonadas eram colocadas na roda, de forma a preservar a origem da criança e a honra da família.

No século XIX surgiram o asilos de órfãos abandonados ou desvalidos para crianças e adolescentes, essa prática constituiu a cultura de “assistência ao menor”, com o aperfeiçoamento dos métodos de atendimento, o asilo foi mudando de nome, e sendo chamado de instituto, educandário, premonitória, a meta dessa instituição era “incutir um sentimento de amor ao trabalho e uma educação moral” (Rizzini e Pilotti 2009), nesses espaços as meninas tinham aulas de educação doméstica e os meninos educação industrial.

Contudo, somente a partir dos anos 80, o sistema de internato destinado à infância pobre foi efetivamente questionado, por comprometer o desenvolvimento da criança e do adolescente, e por constituir-se enquanto prática dispendiosa, ineficaz e injusta, produzindo o chamado “menor institucionalizado” – jovens estigmatizados, que apresentam grande dificuldade de inserção social após anos de condicionamento à vida institucional (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p. 21).

As crianças e adolescentes nesse período tinham o desenvolvimento social comprometido, por viverem em instituições, a falta do convívio familiar e em sociedade os deixavam com dificuldades de construir uma vida social, esse fato prejudicou a formação social, deixando-os afastados da realidade da sociedade.

No século XIX devido ao alto nível de mortalidade infantil surgiu a Puericultura que se destina aos cuidados a infância relacionados a higiene. Os higienistas, na maioria médicos, estabeleceram a necessidade dos preceitos higiênicos e a importância do papel dos médicos nas instituições que acolhiam crianças e também nas famílias. Os higienistas tiveram iniciativas para intervir na questão da mortalidade infantil, dentre as quais foram a criação dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância em 1901, criação dos dispensários e ambulatórios, palestras para as mães dentre outras ações. As crianças e adolescentes também passaram pelas mãos dos tribunais, os crimes na fase da infância e juventude aumentaram, sendo o foco dos juristas.

Em 1920 se consolidou a assistência para menores viciosos e delinquentes, que eram encaminhados para casas de correção, onde ficavam os adultos delinquentes, esse fato indignou os defensores dessas crianças e adolescentes, foi então que propuseram a criação de instituições de recuperação determinado pelo Código de Menores, para reeduca-los através da

formação profissional. Nesse processo a polícia também entrou, foram criadas delegacias especiais para abrigar “menores” que esperavam serem encaminhados ao juiz.

Em meados do século XIX, a exploração do trabalho infantil nas fábricas era justificada pelos patrões de que estavam tirando essas crianças da ociosidade das ruas e lhes dando algo de útil para fazer, esses empregadores estavam contra a Lei de menores 1927, que proibia o trabalho antes dos 12 anos. Em 1920 o Estado começou a intervir nas famílias, as crianças e adolescentes eram retiradas de suas famílias quando o Estado achava que a família era inadequada por serem pobres.

Entrando na era Vargas as ações do governo passaram a focar as famílias e as crianças. Foi criada a Política de Proteção Materno Infantil, nessa época as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho, essa política veio para manter a estabilidade familiar e a educação da criança. Na década de 1920 o Estado organiza a assistência a infância, que até então não existia no Brasil, nesse período os setores públicos e privados estreitaram suas relações.

O modelo de assistência daí originado persistiu ao longo do tempo. Contudo, a trajetória dessa relação é repleta de “estórias mal contadas” de abusos, corrupção e clientelismo. Recursos foram distribuídos sem fiscalização rigorosa, obedecendo a critérios escusos, determinados por poderes políticos; verbas foram desviadas através de obras sociais fantasmas, nunca chegando a beneficiar as crianças (RIZZINI E PILOTTI, 2009, p.26).

Rizzini e Pilotti (2009) diz que a partir de 1964 a assistência à infância passou a ser responsabilidade do governo militar, que tratava a questão dos menores irregulares como um problema de segurança nacional. Daí então foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) que tinham como objetivo impedir que os “menores” se tornassem presas das drogas e do comunismo, a questão do menor era vista como problema social. Já em 1979, o Código de Menores de 1927 foi substituído por um novo Código que via o problema da criança marginalizada como problema social.

Segundo Faleiros (2009) para analisar as relações políticas com a questão da infância e adolescência dos pobres, deve-se levar em conta a relação Estado/sociedade, o processo de articulação, o confronto econômico, político, privado, público, poder clientelista/autoritário, e o movimento pelos direitos de cidadania, as estratégias de ação sobre direito e domínio da criança surgem desses confrontos.

Existem três eixos que são fundamentais para analisar a questão das crianças e adolescentes e políticas públicas as quais são: política de inserção dos pobres no trabalho precoce e subalterno, relação entre causa pública e privada, repressão, filantropia e cidadania. Percebe que as crianças pobres caracterizadas como “desvalidas”, eram encaminhadas ao trabalho enquanto as crianças ricas caracterizadas como “validas” cabiam dirigir a sociedade, as desigualdades sociais em relação a infância eram tratadas como se fossem naturais.

Se por um lado, fala-se em proteção à criança, em trabalho perigoso, e promulga-se certas leis de impedimento de determinados trabalhos, por outro, a prática é de ignorar a lei, de manter e encaminhar as crianças desvalidadas ao trabalho precoce futuro subalterno, numa clara política de separação de classes ou de exclusão de vastos grupos sociais do exercício da cidadania (FALEIROS, 2009, p.34).

A partir da Constituição de 1988, através das lutas dos movimentos sociais, a cidadania da criança e adolescentes foi posta na agenda dos atores políticos, a questão da infância não tinha a perspectiva de um Estado de direitos, mas era de repreensão, clientelismo, autoritarismo, a política para infância se altera entre o foco assistencial e o jurídico, era uma institucionalização com estratégia de controle social. Faleiros (2009) parte do pressuposto que as políticas para a infância na República Velha são caracterizadas pelas dimensões da omissão, repressão e paternalismo que não são somente da visão liberal, mas também da correlação de forças com a hegemonia do bloco oligárquico/exportador.

3.1.1 Breve Histórico do Estatuto da Criança e Adolescente

As primeiras legislações voltadas para este segmento foram: o Código de Menores de 1927 alterada em 1979, esse código de controle social regia a Doutrina da Situação Irregular, onde o Estado corrigia os “menores” abandonados e carentes, colocando-os em instituições para serem corrigidos. Em relação a assistência cria-se pelo Ministério da Justiça em 1942 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que atuava de forma corretiva, mas devido seus atos violentos, desumanizantes foi extinto em 1964, sendo substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que era voltada bem mais para o controle social. Caracteriza-se por ser uma instituição onde os jovens carentes, abandonados e infratores eram colocados para serem “educados”. Percebe-se nesse histórico que o Estado era de caráter assistencialista/ repressor.

No final do século XX, houve um avanço no sentido de promover a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o Brasil promoveu mudanças em sua legislação produzindo um conjunto de normas jurídicas, que direciona o Estado ao reconhecimento desse público enquanto pessoa em condição de desenvolvimento. Esses avanços na proteção social denominam-se de Doutrina da Proteção Integral. Muitos movimentos sociais e entidades buscavam mostrar a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes no país, especialmente os que se encontravam em situação de pobreza, lutando pela mudança do Código de Menores.

Através de mobilização social contrária ao posicionamento do Estado, o ECA foi promulgado, considerado uma das normatizações mais avançadas em relação a crianças e adolescentes, o Estatuto junto com a Constituição Federal de 1988, passa a reconhecer os “menores” como sujeitos de direitos, surge para assegurar os direitos fundamentais das crianças dos adolescentes, sendo considerada a primeira legislação voltada para infância.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 2010, p. 07).

Ressalta-se que ocorreram avanços significativos no ECA no campo da saúde, educação, redução da mortalidade infantil. Foram construídos os Conselhos Tutelares, novos canais de denúncia de violação de direitos, sistema de justiça e de segurança específico para crianças e adolescentes que conseqüentemente criou Juizados da Infância e da Juventude, Núcleos Especializados no Ministério Público e Defensoria Pública, além de delegacias especializadas e as violações de direitos desse segmento foram enfrentadas com êxito, esses avanços tornou o Brasil referência internacional.

Quando as crianças e adolescentes tem seus direitos violados, realiza-se o primeiro atendimento pelo Conselho Tutelar, que está encarregado de fiscalizar e implementar o cumprimento dos direitos sociais, cabe enfatizar que não foi fácil a implementação dos conselhos tutelares.

Da mesma forma, os Conselhos Tutelares tiveram de enfrentar múltiplos e consideráveis obstáculos no seu processo de institucionalização, entre eles, a deficiência de “retaguarda” (instituições de atendimento direto), a relutância do poder público municipal bem como dos órgãos de atendimento, públicos ou privados, em aceitar os novos princípios, as novas formas de gestão e, sobretudo, sua fiscalização pelos Conselhos (RIZZINI e PILOTTI 2009, p.30).

De acordo com os Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:

O foco na intersectorialidade nos últimos oito anos impulsionou a gestão pública com a constituição de diversas Comissões Intersetoriais e a construção da Agenda Social Criança e Adolescente, envolvendo 14 ministérios em torno de três grandes projetos de enfrentamento da violência contra esse segmento (BRASIL, 2010,p.7).

Entretanto, não basta apenas o aparato legal, é necessário as garantias, a efetivação do que é previsto na lei, para que haja a sua concretização, mesmo com os avanços do ECA, existem desafios a serem vencidos, segundo RIZZINI (2015) existe os desafios das disparidades regionais referente as crianças negras, indígenas e aquelas com doenças graves, problemas de saúde mental e deficiências que vivem com suas famílias na extrema pobreza.

Apesar dos importantes avanços registrados nos últimos 25 anos, é preciso lembrar que há muito a realizar para fazer valer o direito à cidadania plena de crianças e adolescentes. É necessário criar espaços e mecanismos que evitem possíveis retrocessos e que viabilizem ampla participação nos processos de construção social no contexto de uma sociedade que se quer mais justa e democrática (RIZZINI, 2015).

Com a promulgação do ECA, a realidade das crianças e adolescentes mudou. O artigo 5º do ECA, garante que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. É preciso estar ciente que a luta pelos direitos das crianças e adolescentes continua, a cada momento em que a conjuntura do país muda, aparecem novos desafios a serem superados.

3.2 Violência Doméstica Infanto-juvenil e seus Principais Tipos

“A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente”. (MINAYO, 1994, p. 7).

A questão da violência não pode ser pensada isoladamente, deve ser compreendida a partir das relações sociais da sociedade capitalista. A violência atinge todas as classes sociais, em suas variadas formas atingindo os direitos fundamentais da vida, ela está relacionada ao abuso da força, não é um fenômeno novo, é historicamente reproduzida nas relações sociais

desde os primórdios da humanidade. “O viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces” (ODALIA, 1985, p.13).

A violência contrapõe-se aos direitos humanos, conjunto de princípios que garantem a dignidade da pessoa humana, princípios estes relacionados a não agressão e degradação do homem, ela está presente em todas as sociedades.

O processo de violência pode ser entendido como, vitimização ou vitimação, contudo ao referir-se ao processo de vitimização faz-se menção as crianças em estado de sítio, ou seja, o agressor submete a criança ao seu poder. E ao se referir ao processo de vitimação quer dizer crianças de alto risco, ou seja, que tem grandes chances de sofrer a violação dos seus direitos, como por exemplo, o direito à alimentação, a vida, etc (AZEVEDO E GUERRA 2007, p. 26 apud OLIVEIRA E PARRÃO p.2, 2015).

Ao se falar em violência entende-se que há dois aspectos para seu entendimento o primeiro refere-se a vitimação que nada mais é quando a criança ou adolescentes está sobre o domínio de um adulto agressor, o segundo aspecto a vitimização que é quando os sujeitos vítimas de violência poderá ter seus direitos essenciais a vida violada. É importante saber sobre esses dois termos para que haja melhor entendimento no que se refere aos processos de violência.

Ressalta-se que de acordo com Minayo (1994) a violência está classificada em:

- **Violência Estrutural-** refere-se à negação de direitos e opressão a nível da instituição familiar, sistemas econômicos, culturais e políticos.
- **Violência de Resistência-** caracteriza-se pela resposta à violência estrutural, onde os grupos oprimidos tendem a responder a violência com violência.
- **Violência de delinquência** – são ações fora da lei, atos que não podem ser pensados isolados da violência estrutural, a exemplo dos sequestros, roubos, delitos entre outros
- Inúmeras são as lutas travadas contra a violência doméstica em crianças e adolescentes, mesmo assim percebe-se que existem fatores a ser enfrentados para essa luta se fortalecer a cada dia. Segundo Azevedo e Guerra (2005), em um estudo realizado na década de 90, notou-se que as universidades precisavam investir mais na formação dos alunos, referente ao assunto da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

É necessário compreender o fenômeno da violência, pois existe uma lacuna para entender essa questão, muitos acabam naturalizando-a, atribuindo a pobreza como causa da violência, devido aos baixos índices culturais e educacionais.

Esse cenário de descompromisso exige que a temática da violência doméstica contra a criança e ao adolescente seja parte obrigatória dos currículos de graduação de certos cursos universitários. Os profissionais precisam estar capacitados para entender o problema e ajudar as vítimas. (AZEVEDO E GUERRA, 2005, p.23).

Embora tenha ocorrido avanços, na capacitação dos profissionais que atuam com essa questão, existem alguns profissionais que ainda relaciona a violência a um problema social decorrente da pobreza. Mas sabe-se que a violência doméstica ocorre em toda e qualquer classe social, afetando todas as direções da vida humana, sejam políticas, sociais e econômicas. “É comum a violência através de ameaças, humilhações e outras formas que afetam psicologicamente as crianças e adolescentes” (PASTORAL DA CRIANÇA 1999 apud KELIN et. al, 2011, p. 04).

“A violência contra crianças e adolescentes, que pode ser cometida tanto por adultos (de ambos os sexos) como por outros adolescentes, é correntemente classificada como intra ou extrafamiliar” (FALEIROS e FALEIROS, 2007, p.48). Crianças e adolescentes tornam-se vítimas da violência, seja qual for o tipo no espaço doméstico ela é identificada violência intrafamiliar, praticada pelos membros da família. A violência doméstica é:

Todo ato ou omissão praticado por parentes ou responsáveis e/ ou adolescentes que sendo capaz de causar dor e/ ou dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima- implica de um lado numa transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que as crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO 2008, p. 8 apud BRANCO e TOMANIK p.402, 2012).

O ato ou a omissão que cause dor e/ ou dano físico, sexual ou psicológico é considerada violência doméstica, é dever do adulto responsável proteger, amparar a criança e adolescente que estão em fase de desenvolvimento, eles devem ser tratados como sujeitos de direitos e não como sujeitos sem importância. Vimos que a violência intrafamiliar é praticada por pessoas do convívio familiar, mas não se restringe apenas ao espaço doméstico, as ações violentas também ocorrem em espaços públicos.

Em sua obra, Faleiros e Faleiros (2007), afirmam que existem diferenças entre a violência doméstica e a violência familiar, pois a violência do tipo doméstica refere-se as ações dentro do lar, e podem ser praticadas tanto pela família como empregados domésticos e agregados. Já a violência familiar se diz respeito aos atos praticados por irmãos, primos, tios, pais, e outros parentes sem necessariamente estarem ou conviverem em um mesmo ambiente.

A violência doméstica costuma ser reconhecida em quatro modalidades: física, psicológica, sexual e negligência. Segue abaixo um quadro com os conceitos dos tipos de violência doméstica.

QUADRO 1: Tipos de Violência Doméstica

Violência Física	Ocorre quando membros familiares ou pessoas próximas utiliza-se de atos violentos com uso da força física intencional, como tapas, empurrões, etc. “Ela apresenta-se em diferentes graus, cuja severidade e gravidade podem ser medidas pela intensidade da força física utilizada pelo agressor, pelo grau de sofrimento causado à vítima, pela gravidade dos ferimentos ocasionados, pela frequência com que é aplicada e pelas sequelas físicas e psicológicas que provoca” (FALEIROS e FALEIROS, 2007, p. 35).
Negligência	Omissão dos pais ou responsáveis quando deixam de prover as necessidades básicas como vestimenta, alimentação, higiene, etc. que são essenciais para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança e do adolescente “Representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc. e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle” (AZEVEDO e GUERRA, 2005, p.16)
Psicológica	Ações que causam danos ao desenvolvimento do sujeito, como rejeição, privação, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes, “A violência psicológica é uma relação de poder desigual entre adultos dotados de autoridade e crianças e adolescentes dominados” (FALEIROS e FALEIROS, 2007, p. 36).
Sexual	Relação de poder que envolve o contato físico, não apresentando necessariamente sinal corporal visível. Pode ocorrer a estimulação sexual sob a forma de práticas eróticas e sexuais, como também estupro, incesto, sexo forçado, assédio. “Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa” (AZEVEDO e GUERRA, 2005, p. 16).

FONTE: As autoras (2017)

Como consequência da violência doméstica contra crianças e adolescentes é notório a mudança de comportamento desses sujeitos, percebe-se que a auto estima é baixa, há um retraimento e dificuldade de relacionamento com o próximo, e até mesmo reprodução da violência, quando esses sujeitos sofrem com a violência sexual, o seu corpo amadurece sexualmente muito precoce, a imagem corporal é distorcida, entre outras consequências.

Muitas famílias veem nas ações violentas uma forma de punir e educar seus filhos, por não saberem manter um diálogo ou quando o mesmo não resolve o problema, a agressão é o próximo passo para a correção. Outra justificativa familiar para a violência é o fato de que também foram criados com violência e acabam reproduzindo com seus filhos. Essas atitudes foram construídas a partir do imaginário social que enxerga na violência a única forma de resolver conflitos.

(...) bater nos filhos era extremamente frequente e quase sempre sinônimo de surrá-los com cipó, chicote, corda, cinturão, chinelo, relho, rebenque, côvado ou até mesmo com escova de roupa. (...) Tratava-se da resposta punitiva por excelência para travessuras, choros, rebeldia, desatenção na escola (...). Contraditoriamente ao que se poderia supor, a punição corporal nem sempre despertou na vítima sentimentos de raiva e injustiça. Em alguns casos, chegou a ser considerada não apenas necessária, mas abençoada. Bater nos filhos era uma prática suportada não apenas pela tradição, mas, às vezes, por uma firme convicção em sua eficácia pedagógica (AZEVEDO E GUERRA,2005, p. 20).

É inegável que a violência contra a criança e ao adolescente se constitui como um sério problema social, é necessário que os profissionais que atuam com esse segmento tenham ações capazes de enfrentar esta problemática. A violência doméstica contra criança e adolescentes atravessa o tempo, é uma construção histórica e cultural, uma questão complexa difícil de lidar, esses sujeitos estão em formação nos âmbitos, físico, moral, social, intelectual, a violência compromete o futuro adulto que a criança e ao adolescente irão se tornar.

4 TERCEIRO CAPÍTULO: PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com os caminhos percorridos para estruturação da pesquisa, apresenta-se neste capítulo a metodologia a fim de explicar a natureza da análise, os métodos e técnicas utilizados para alcançar os resultados e objetivos propostos no trabalho. Segundo Minayo (2009, p.14) “Metodologia é o caminho do pensamento, é a prática exercida na abordagem da realidade.”

Para orientar o percurso desse trabalho, foram levantados os seguintes questionamentos: Como se deu a atuação dos assistentes sociais na questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes? Quais as experiências desses profissionais? Como estava o campo político e social no período das publicações? Visando responder essas questões buscou-se métodos que ajudassem a compreender os aspectos estruturais que, de certa forma, contribuíram com a violência doméstica, contra crianças e adolescentes. Como também encontrar quais foram as respostas dadas pelos assistentes sociais a essa questão, os desafios para atender essa demanda, apresentando os tipos de violência doméstica mais praticados.

Diante dos questionamentos e os objetivos propostos foram formuladas as seguintes hipóteses: O profissional de Serviço Social intervém na questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Os anais do CBAS são fontes ricas de publicações das experiências profissionais. O CBAS não contribui para formação dos assistentes sociais.

A pesquisa é classificada como qualitativa, pois trabalha com o conjunto dos fenômenos humanos, referente à valores, crenças, significados, busca entender um fenômeno social, é uma realidade não quantificada. A abordagem também é quantitativa pois possui dados numéricos de fácil avaliação, que serviu para complementar os dados sendo assim a pesquisa torna-se quanti-quali.

Quanto ao procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental que “é elaborada com base em material já publicado. Esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, documentos, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (GIL, 2010, p 29).

A pesquisa bibliográfica/documental é fundamental na busca dos conceitos, pois proporciona uma ampla visão dos fenômenos em diferentes espaços, através desse método buscou-se teóricos que abordassem as categorias presentes no trabalho, as quais foram violência, Serviço Social, crianças e adolescentes. Trata-se de um estudo descritivo-

exploratório pois busca maior familiaridade com o tema, visa aprimorar as ideias, buscar informações relevantes sobre o assunto em questão.

A partir do objeto de estudo e dos objetivos propostos, visando a fundamentação, teorias foram consolidadas e eleitos alguns conceitos que se constituíram em categorias de análise, como violência, violência doméstica, criança, adolescentes, ação profissional e outros. Diante das categorias selecionadas para análise, os principais autores consultados foram: Maria da Glória Gohn (2017), Vicente de Paula Faleiros (2007;2009), Maria Cecília de Souza Minayo (2009), Marilda V. Iamamoto (2006, 2012), Irene Rizzini e Francisco Pilotti (2009), José Paulo Neto (2009), Yolanda Guerra (2007;2012), que serviram para aprofundar os conhecimentos.

O trabalho teve o objetivo de analisar a ação dos Assistentes Sociais junto as crianças e adolescentes em situação de violência doméstica, com base nas experiências apresentadas nos anais do CBAS. A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu mediante o questionamento de como os assistentes sociais atuam mediante a violência doméstica contra as crianças e adolescentes, pessoas que estão em fase de desenvolvimento e necessitam da proteção da família, a violação de direitos desse público no âmbito familiar.

Tratando-se de uma pesquisa documental o lócus da pesquisa foram os anais do CBAS, por considerar um evento que contém ricas publicações das experiências profissionais dos assistentes sociais e proporciona informações relevantes. Salienta-se que os anais resultam das publicações de trabalhos acadêmicos e científicos, apresentados em congressos, fóruns, simpósios. Todas as publicações são reunidas em periódicos, livros ou em cd's, permitindo acesso posteriormente para consulta pública.

Para o acesso aos referidos documentos, foram contatados professores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que participaram dos CBAS. Através de e-mail, com CFESS.

Devido ao tempo restrito de realização da pesquisa, foi definido que os Anais consultados seriam os dois últimos, ou seja, Anais dos CBAS de 2013 e de 2016. Foi elaborado um roteiro de consulta que possibilitou a busca de informações gerais acerca do objeto de investigação. O roteiro está estruturado em tabelas onde foram postas as informações acerca dos artigos, a tabela contém os seguintes itens: autor, tema e objetivo. Nos anais 2013, os artigos foram encontrados nos eixos:

- Infância, Adolescência, Juventude e Envelhecimento
- Justiça, Violência e Segurança Pública.

Os artigos dos anais de 2016 foram encontrados no eixo:

- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
- Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero
- Raça/etnia, geração e sexualidades

Ressalta-se que das publicações encontradas em 2013, foram encontradas 18 publicações, das quais foram selecionados seis artigos e dos referentes a 2016 foram encontradas 21 publicações, sendo selecionados nove. A seleção teve como critério artigos que tem a profissão do Serviço Social.

Os dados coletados foram ordenados em tabela denominada de quadro demonstrativo, onde foram postas as informações relevantes em relação ao objeto de estudo, os resultados foram analisados e interpretados com base nos conceitos dos autores, à luz do referencial teórico, que será apresenta no capítulo VI. Ressalta-se que a análise está relacionada à organização e classificação dos dados, onde foram abordados a questão da atuação profissional dos assistentes sociais, frente a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Todo o percurso metodológico foi importante para o alcance dos objetivos propostos, e responder os questionamentos e pressupostos formulados.

QUADRO 2: Roteiro de consulta dos anais 2013

14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

14 a 18 DE OUTUBRO DE 2013 - ÁGUAS DE LINDÓIA, SÃO PAULO

Publicações que abordam a violência doméstica contra crianças e adolescentes, foram encontrados 18 artigos.

AUTOR (ES)	TEMA	OBJETIVO
Andreza Cristina da Silva, Damary Marianela Sepulveda Escobar	Profissionais de Saúde e a Violência: entre a omissão e a garantia de direitos	Violência praticadas por adultos contra crianças e adolescentes, através de uma doença chamada Munchausen
Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza Moraes, Ednalva Martins Rodrigues, Luciene Assunção Moreira, Maria Aparecida Penso	Relação entre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes e o Descumprimento Legal	Leitura crítica sobre a Política de Assistência Social que atende Crianças e Adolescentes institucionalizadas,

Erika Schreider, Isabel Marco Huesca	A Contribuição do Serviço Social Frente à Notificação de Maus Tratos: A Negligência em Foco.	Faz uma reflexão acerca da conjuntura atual e suas refrações nos cuidados com as crianças e adolescentes, evidenciando os casos de negligência, destaca a participação do assistente social neste processo como um dos profissionais que deve intervir na perspectiva da garantia de direitos.
Deise Fernandes do Nascimento	Para Além da Formação Profissional A importância do estudo sobre família, criança e adolescente no cotidiano dos graduandos de Serviço Social.	Reflexão sobre o impacto do estudo sobre família, criança e adolescente no cotidiano dos graduandos. Este estudo favorece a percepção de um novo olhar que ultrapassa a formação provocando mudanças significativas nas relações familiares dos estudantes.
Hiago Trindade de Lira Silva, Gláucia Helena Araújo Russo, Jéssica Lima Rocha Nogueira, Juliana Grasiela da Silva Dantas	Quando a Realidade Cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN	Refletir sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN, de 2009 a 2012, particularmente em sua modalidade psicológica.
Cleide Lavoratti, Dircéia Moreira, Lislei Teresinha Preuss, Marisa Marques Ribeiro, Bruna Maria Avelino de Lara, Izabelle Antunes, Geisi Francielle de Jesus Santos, Emar Junior Schimidt	Diagnóstico das Redes de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidades Sociais nos Municípios da Região dos Campos Gerais – Paraná	Contempla os resultados da pesquisa desenvolvida pelo projeto de extensão “Fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos municípios da região dos Campos Gerais/PR(...) compreender de que forma estava estruturada a política de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (Comissão, Planos, fluxos) e como se davam os encaminhamentos e atendimento às vítimas de violência
Núbia Michelle Zimba dos Santos, Daiane Rodrigues Cardoso Pacheco, Thiele Duarte Reis, Mariana Claudia Rodrigues Mota, Marcelle Pereira dos Santos	Família como Instância de Proteção Social: Limites e Contradições	Pretendeu-se realizar uma problematização voltada para a família em suas contradições e fragilidades, argumentando que a mesma também pode se caracterizar como um espaço de desproteção. E partindo desse ponto buscou-se pensar como a concepção sacralizada de família pode interferir na ausência de ações protetivas quando o agente violador é a própria família
Eva Geslaine Medina dos Santos, Alice Aparecida dos Santos	A Formação da Rede Intersetorial para o Enfrentamento das Violências Contra Crianças e Adolescentes em Guarulhos	Este artigo relata a formação da Rede intersectorial de proteção e prevenção das violências contra crianças e adolescentes no município de Guarulhos. A aproximação de diversas políticas públicas com o objetivo comum de enfrentar os fatores que geram as violências e no fortalecimento da garantia de direitos

<p>Naldson Ramos da Costa, Soraide Isabel Ferreira</p>	<p>Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: algumas reproduções no ambiente escolar</p>	<p>Discute de forma breve a violência doméstica contra crianças e adolescentes e algumas representações no ambiente escolar. Assim, objetiva-se explicitar conceitos, causas e consequências na vida das vítimas e sinalizar para a gravidade dessa questão que tem gerado diversas problemáticas nas escolas, pretende-se também chamar a atenção para a interface entre o serviço social e a educação.</p>
<p>Vanessa de Oliveira, Maira Franciane da Silva, Neide Aparecida de Souza Lehfeld, Denise Jesuína Faria</p>	<p>Acolhimento Institucional de Crianças E Adolescentes: a trajetória de vida das famílias e as intervenções contraditórias do Estado</p>	<p>O presente artigo analisa o acolhimento institucional de crianças e adolescentes através da voz de seus familiares, evidenciando as expressões da questão social que contribuíram para a prática do abandono e da negligência. Os agentes estatais analisados culpam as famílias por suas falhas, em contraposição ao que está previsto na legislação relativa aos direitos infanto-juvenis.</p>
<p>Eunice Teresinha Fávero, Miriam Vega da Silva, Andrea Svicero, Samira Leinko M. Raphael, Janaina Aparecida Dias, Vilma Noro, Fabiana Brígido, Celina Campos, Carmem Brum, Silvia Crevatim</p>	<p>Desproteção Social e Barbárie: a realidade social de crianças e pais envolvidos na perda do poder familiar</p>	<p>O trabalho discorre sobre a realidade social de mães e pais que perdem o poder familiar. Tendo como base pesquisa em autos processuais, revela a diminuição dessas ações nos últimos anos. Todavia, verifica-se a ampliação da tragédia social vivida por muitos dos sujeitos, explicitada por vivência na rua e dependência química, sobretudo <i>crack</i>, evidenciando a judicialização da questão social.</p>
<p>Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, Kássia Vera Cruz Zamorano, Fernanda Macêdo Freire, Arthur Morais Souto Freire, Renata Larissa Pereira de Souza, Ana Fabíola do Nascimento Pontes</p>	<p>A Política Pública e a Importância das Redes no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente: Exemplos da Atuação do Serviço Social Em uma Instituição Pública de Saúde e do Poder Judiciário</p>	<p>O presente trabalho busca compreender a relação das redes, da política pública de atenção à criança e ao adolescente, no Brasil, com a atuação do assistente social no enfrentamento à violência sexual em duas instituições localizadas no estado de Pernambuco: o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (Comarca de Paulista)</p>
<p>Sandra Eloiza Paulino</p>	<p>Desafios do Assistente Social no Atendimento Sócio individual a Crianças em Situação de Violência Sexual</p>	<p>Este trabalho tem como objetivo apresentar relatos da experiência do Assistente Social no atendimento socioindividual a crianças em situação de violência sexual. Pretende analisar tal fenômeno em suas múltiplas determinações e apresentar os instrumentos técnico-operativos utilizados na abordagem profissional com crianças, o que chamamos de</p>

		desafios pela complexidade que tais demandas representam.
Suzimar Faria Silva, Ana Lúcia Martins Kamimura	O Impacto da Violência Doméstica em Crianças: Breve Análise de Atendimentos na Ong Sos Mulher/Família	Este artigo analisou o impacto da violência doméstica refletido nas crianças em face da figura materna, por meio dos atendimentos realizados com mulheres na instituição SOS Ação Família. Os resultados demonstraram que a violência doméstica quando direcionada à figura materna, coloca as crianças em condições de vulnerabilidade e reflete em seu comportamento de forma negativa.
Janaina Loeffler de Almeida, Soraide Isabel Ferreira	Violência Física Contra Crianças e Adolescentes: dimensões, aspectos e particularidades no contexto intrafamiliar	O artigo apresenta uma breve discussão sobre violência física contra crianças e adolescentes no Brasil e sua correlação de poder no contexto intrafamiliar, visando caracterizá-la, contextualizar suas dimensões e problematizar possíveis consequências. Assim, pretende-se sinalizar para a gravidade dessa questão e ressaltar para a importância de políticas públicas no combate a esse tipo de violência.
Eva Geslaine Medina dos Santos, Alice Aparecida dos Santos	A Formação da Rede Intersetorial para o Enfrentamento das Violências Contra Crianças e Adolescentes em Guarulhos	Este artigo relata a formação da Rede intersetorial de proteção e prevenção das violências contra crianças e adolescentes no município de Guarulhos. A aproximação de diversas políticas públicas com o objetivo comum de enfrentar os fatores que geram as violências e no fortalecimento da garantia de direitos
Zelimar Soares Bidarra	Expressões da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Foz Do Iguaçu (Pr)	As investigações sobre as práticas de violência sexual revelam a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos sobre como as modalidades do abuso sexual e da exploração sexual atingem as crianças, os adolescentes e a dinâmica familiar. A precariedade de ações especializadas para o enfrentamento desta violência tende a revitimizar e a impossibilitar o gozo do Direito “à liberdade, ao respeito e à dignidade”.
Ivana Arquejada Faes, Dirlei da Silva Rosa, Eliane Henriques Mota Leitão, Danyelle Alecrin da Silveira, Pamella Francisco Dorosario	Família e Violência	Família e violência busca contribuir com a construção do conhecimento em Serviço Social, partindo da compreensão do significado atribuído ao conceito de família na agenda contemporânea. Para além de um conceito, nossa finalidade é

		problematizar significados para a instituição família quando esta é invadida pela violência intrafamiliar.
--	--	--

FONTE: As autoras (2017)

QUADRO 3: ROTEIRO DE CONSULTA DOS ANAIS 2016

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAL

05 A 09 DE SETEMBRO DE 2016 – OLINDA – PE

“80 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL”

Publicações que abordam a violência doméstica contra crianças e adolescentes, foram encontrados 21 artigos.

AUTOR	TEMA	OBJETIVO
Adrielle Martins	A Violência Sexual como Expressão da Questão Social	Pretende fazer uma relação entre a questão social e uma de suas expressões que é a violência, principalmente a violência sexual, objeto de estudo da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.
Adrielle Martins	Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescente e a Sua Materialidade	O presente estudo tem como tema o abuso sexual contra crianças e adolescentes e a sua materialidade. Busca trazer conceitos sobre violência sexual, suas variadas formas de manifestação e legislações pertinentes a este tema
Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque, Priscilla Gobi Scudeller, Eliane Vecchi Pereira, Elizabeth Regina Negri Barbosa, João Gabriel F. Manzi , Neide Ap.De Souza Lehfeld	Direitos Humanos, Justiça e Violência :Uma Revisão Bibliográfica Referente A Criança e ao Adolescente	O presente trabalho faz uma revisão bibliográfica sobre o tema dos direitos humanos, justiça e violência contra criança e o adolescente, com o objetivo de verificar o estado da arte sobre a questão, especificamente quanto a violência sexual perpetrada contra tal segmento e as interfaces com o Serviço Social
Cristina Kologeski Fraga, PAOLA SILVA MUNIZ FERNANDES LEDESMA	A contribuição do assistente social na prevenção à violência intrafamiliar	O artigo problematiza a contribuição do assistente social na prevenção a violência intrafamiliar no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS

Maiara Pacífico dos Santos	Violência Contra Crianças E Adolescentes: Um Fenômeno Enraizado Na Cultura Brasileira	A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno ainda recorrente na realidade brasileira. Resultado de um processo histórico, sua perpetuação é expressão de uma cultura autoritária que, fundamentada em relações desiguais de poder, respaldam a dominação nas relações estabelecidas socialmente, o que demanda, por sua vez, a necessidade de enfrentá-la com vistas a combatê-la.
Silene Jales de Medeiros, Judivanda Kênia Fernandes de Azevedo	Análise Da Violência Sexual Cometida Contra Crianças E Adolescentes No Município De Caicó/ Rn	Este trabalho mostra uma reflexão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentando as suas diferentes modalidades e perspectivas do assistente social no atendimento no CREAS de Caicó, assegurando os direitos ao público infanto-juvenil determinado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Luciana Gonçalves dos Santos Monteiro, Albany Mendonça Silva	Entre O Silenciar E O Desvelar: Um Olhar Sobre Os Casos De Violência Sexual Doméstica No Município De Cachoeira – Ba	Propõe-se a problematizar acerca das questões que permeiam o desvelar da violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes, bem como identificar as causas deste tipo de violência doméstica que afetam as famílias
Leila Chaban, Terezina Fátima Paes De Arruda , Carolina Aparecida Serra Provenzano , Yara Patrícia Antunes Moreira , Yasmim Edfa Da Silva Amorim	Serviço Social E A Intersetorialidade No Enfrentamento De Maus Tratos À Criança E Ao Adolescente	Este estudo expõe a vivência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Juizado Especial Cível e Criminal (JECRIM), Comarca de Várzea Grande-MT, bem como o posicionamento profissional no enfrentamento dos maus tratos às crianças e adolescentes e a intersetorialidade na articulação entre as políticas públicas
Verônica Simões Silveira Busch, Raquel Cruz Da Silva, Giselle Raquel Israel , Carolina Cruz Da Silva	Caraterização Da Violência Doméstica, Sexual E Outras Violências Na Área De Planejamento Em Saúde – Ap 1.0 Do Município Do Rio De Janeiro.	Este estudo busca caracterizar os tipos de violência doméstica, sexual e outras violências predominantes no território da área de Planejamento em Saúde da AP 1.0 do Município do Rio de Janeiro
Sandra Alves Da Silva, Jedeane Costa Rodrigues	O Serviço Social Na Promotoria Da Infância E Juventude Do Mppe E O Disque 100: Perfil Das Denúncias.	Tem como objetivo apresentar os resultados do levantamento do perfil dos casos com denúncias oriundas do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – Disque Direitos Humanos (Disque 100) atendidos pelo Serviço Social da Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital

Henriqueta Christina De Alencar F Lima	Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Em Boa Vista - Roraima: Limites E Desafios	O artigo propõe uma discussão acerca da violência sexual contra criança e adolescente e a inserção do tema na agenda da política de saúde. Os resultados apresentados apontam criticamente os desafios e limites enfrentados no dia a dia dos profissionais na garantia da integralidade na atenção à saúde de crianças em situação de violência sexual.
Adriele Martins	Abuso sexual contra crianças e adolescente e a sua materialidade.	O estudo tem como tema o abuso sexual contra crianças e adolescentes e a sua materialidade. Busca trazer conceitos sobre violência sexual, suas variadas formas de manifestação e legislações pertinentes a este tema. Sobre a materialidade é evidenciado o uso do exame de corpo de delito como uma das formas de constituição de prova, problematizando o seu uso para determinadas situações.
Francisca Valéria De Morais Moura	A Subnotificação Dos Casos De Violência Contra Criança E Adolescentes No Sistema De Saúde E A Importância Da Intervenção Do Serviço Social	O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a subnotificação de violência contra criança e adolescente no Hospital das Clínicas-UFPE, bem como, debater a importância do Serviço Social na luta pela garantia dos direitos desse segmento populacional. Busca-se problematizar o papel não só do Serviço Social, como também de todos os profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes.
Ana Elisabeth Machado Lins, Flávia Simone De Sousa Campelo, Pedro Celerino Da Silva Júnior Instituição: Hospital De Pediatria Helena Moura	A Prática Dos Assistentes Sociais No Processo De Notificação De Casos De Violência Contra A Criança E Adolescente No Hospital De Pediatria Helena Moura Em Recife – Pernambuco.	O presente trabalho apresenta um relato de experiência do Serviço Social na notificação dos casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica contra crianças e adolescentes no Hospital de Pediatria Helena Moura, como um instrumento para a proteção e promoção da saúde.
Fabiola Pereira Batista, Hayane Brenda Guimarães Da Silva, Erlane Bandeira De Melo Siqueira	A (Não) Efetivação Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente No Contexto Capitalista: Abuso E Exploração Sexual	O presente trabalho pretende elaborar uma reflexão teórica sobre a transição infância/adolescência, além de fomentar o debate sobre a construção de políticas de proteção à criança e ao adolescente no recorte da violência sexual, e sua (não) efetivação no contexto capitalista, abordando o abuso e exploração sexual deste público como uma expressão da questão social.

Deise Fernandes do Nascimento, Marcia Campos Eurico	A Importância Da Formação Profissional No Combate A Violência Doméstica Contra Crianças E Adolescentes	O artigo reflete sobre a Pós-Graduação Latu Senso em Prevenção e Proteção à Criança e Adolescente Vítimas de Violência Doméstica em uma instituição de ensino privada e os desdobramentos no cotidiano profissional de trabalhadores/as do Sistema de Garantia de Direitos. A temática é fundamental, por ser uma das expressões mais corriqueiras da violência naturalizada nesta sociedade.
Cleide Lavoratti, Amanda De Mello Silva, Nathany Manosso, Rafael Bozzo Ferrareze, Luana Cristina Da Luz, Aurea Lúcia Pioli Gomes Ferreira, Marjory Furlan Rueda, Gabrielle Christine Ferreira De Souza, Marisa Marques Ribeiro, Dirceia Moreira	Configurações da Rede de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência na Região dos Campos Gerais/Pr.	O artigo objetiva discutir os elementos referentes à rede como estratégia operacional de gestão de Políticas Públicas e como está sendo viabilizada nos dezoito municípios ¹ da região dos Campos Gerais/PR, considerando as potencialidades e limitações deste trabalho. E apresentará a composição da Rede em cada um dos municípios da região, através do mapeamento das principais instituições.
Zelimar Soares Bidarra	Expressões da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Foz Do Iguaçu (Pr)	As investigações sobre as práticas de violência sexual revelam a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos sobre como as modalidades do abuso sexual e da exploração sexual atingem as crianças, os adolescentes e a dinâmica familiar. A precariedade de ações especializadas para o enfrentamento desta violência tende a revitimizar e a impossibilitar o gozo do Direito “à liberdade, ao respeito e à dignidade”.
Zelimar Soares Bidarra	Concomitância Entre a Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes e a Violência Conjugal	A violência contra crianças e adolescentes e a violência conjugal não são problemas novos. O desafio é o de incentivar a produção de conhecimentos que melhorem as formas de intervenção. Esse trabalho tece argumentos em favor de se ampliar as investigações para que melhor se conheça e se combata as circunstâncias e os fatores de risco para essa concomitancia.
Paula Martins Pimenta, Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira	Um Panorama sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil	Este trabalho visa promover um olhar sobre a questão, relacionando dados estatísticos e as mobilizações e organizações articuladas em prol da elaboração de políticas públicas voltadas ao tema.

Raquel Maíra dos Santos Alves Militão, Helisama Andreza dos Santos	O Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Sgd) no Atendimento aos Casos de Violência – Potencialidades e Limites	Visa socializar como o Sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) atua em meio a tantas dificuldades e tantos limites. Busca compreender as contradições existentes no processo de proteção e garantia de direitos que dificultam o restabelecimento dos direitos violados.
--	--	---

FONTE: As autoras (2017)

5 QUARTO CAPÍTULO: EXPERIÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DOS CBAS 2013 e 2016

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa, realizada por meio dos levantamentos dos anais, portanto foram construídos os quadros demonstrativos compostos por alguns itens: Título do trabalho, objetivo, conceitos, público alvo, considerações de cada publicação. A partir dessa elaboração, a análise foi refletida à luz da conjuntura e dos conceitos presentes no referencial teórico do presente trabalho. Convém ressaltar, que os trabalhos selecionados dos anais, foram lidos e analisados integralmente.

QUADRO 4: Demonstrativo das Publicações dos Anais de 2013

Título: Expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes em atendimento do centro de referência especializado de assistência social (CREAS) de Foz do Iguaçu (PR).

Autor: Zelimar Soares Bidarra

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Apresentar as manifestações da violência sexual contra crianças e adolescentes e as formas de intervenção implementadas em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	“...consiste numa violação da liberdade sexual... [porque manifesta-se através de atos que desrespeitam os limites da intimidade e privacidade do corpo]. É praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada.” (BRASIL, Guia Escolar, 2004, p. 36).	Sexual	Crianças e adolescentes	“A atuação dos profissionais fica comprometida porque não há uma compreensão das manifestações da violência sexual. A inexistência de equipes multiprofissionais, contribuem para que haja resistências do trabalho profissional.”

Título: Profissionais de Saúde e a Violência: Entre a Omissão e a Garantia De Direitos.

Autores: Andreza Cristina da Silva, Damary Marianela Sepulveda Escobar

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DOS AUTORES
Abordar a violência do tipo negligência contra a crianças e adolescentes, e o trabalho interdisciplinar do Serviço Social na garantia de direitos das crianças e adolescentes vitimadas.	A violência é um fenômeno social estrutural, e, portanto, sempre esteve presente na vida de crianças e adolescentes. As formas de violência contra crianças e adolescentes são as mais variadas possíveis e contam com a reprodução dos adultos.	Negligência	Crianças e adolescentes	“A violência familiar é fruto de um processo histórico. Para que seja identificada as complexas situações de violação de direitos, precisa-se ter uma postura ética e conhecimentos especializados, a intervenção do assistente social deve focar a criança para que ela receba os tratamentos e encaminhamentos necessários”

Título: Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: algumas reproduções no ambiente escolar.

Autores: Naldson Ramos da Costa e Soraide Isabel Ferreira

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTORES
Discutir de forma breve a violência doméstica contra crianças e adolescentes e algumas representações no ambiente escolar. Objetiva-se explicitar conceitos, causas e consequências na vida das vítimas e sinalizar para a gravidade dessa questão que tem gerado diversas problemáticas nas escolas, pretende-se também chamar a atenção para a interface entre o Serviço Social e a educação.	[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2011, p. 32-33).	Física, psicológica negligencia, sexual	Crianças e adolescentes	“Torna-se primordial a implementação da uma equipe multiprofissional, os quais poderão trabalhar através de ações socioeducativas, objetivando tratar dos problemas que se apresentam no ambiente escolar. Trata-se de pensarmos a questão articuladamente com a política de assistência social, de educação, de saúde, entre outras, a fim de garantir a proteção integral do direito da criança e adolescente reduzindo os efeitos negativos na formação desses jovens evitando que se tornem no futuro vítimas e atores da violência.”

Título: Violência Física Contra Crianças e Adolescentes: Dimensões, Aspectos e Particularidades no Contexto Intrafamiliar.

Autores: Janaína Loeffler De Almeida, Soraíde Isabel Ferreira

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTORES
Apresentar uma breve discussão sobre violência física contra crianças e adolescentes no Brasil e sua correlação de poder no contexto intrafamiliar, visando caracterizá-la, contextualizar suas dimensões e problematizar possíveis Consequências. Pretende-Se Sinalizar para a gravidade dessa questão e ressaltar para a importância de políticas públicas no combate a esse tipo de violência.	[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2011, p. 32-33).	Física	Crianças e adolescentes	“Diante dessa instigante e inaceitável realidade, o Serviço Social vem atuando nas situações de violência sofrida por crianças e adolescentes, nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais e, nesta direção, deve buscar juntamente com os demais profissionais envolvidos nesses espaços, estabelecer uma ação preventiva e protetiva, considerando os preceitos da proteção integral e da prioridade absoluta recepcionados pela nossa legislação.”

Título: A Contribuição do Serviço Social frente a notificação de maus tratos: negligência em foco.

Autores: Erika Schreider, Isabel Marco Huesca.

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Realizar uma reflexão acerca da conjuntura atual e suas refrações nos cuidados com as crianças e adolescentes, evidenciando os casos de negligência, um dos principais motivos das denúncias de maus tratos na atualidade. Ainda, destaca a participação do assistente social neste processo como um dos profissionais que deve intervir na perspectiva da garantia de direitos.	A negligência é uma forma de maus-tratos. Os maus tratos contra crianças e adolescentes acompanham a trajetória da humanidade desde a antiguidade até o presente. Sendo assim, fazem parte de uma forma secular de relacionamento das sociedades, variando em expressões e explicações. Sua superação se faz pela	Negligência	Crianças e adolescentes	A intervenção deste profissional tem como objetivo a viabilização de direitos sociais. É inegável que a negligência é um tipo de violação de direito social e, assim, o assistente social deve intervir na perspectiva de garantia de direitos seguindo a direção postulada no Projeto Ético Político Profissional. Vale ressaltar, ainda, que o Projeto Ético Político

<p>construção histórica que rompe com a cultura adultocêntrica, dominadora e patriarcal...</p>			<p>Profissional traz em seu bojo o compromisso com a consolidação e ampliação da cidadania. Sendo assim, através do arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, a intervenção deste profissional deve ser pautada a fim de denunciar qualquer tipo de violação contra os direitos e seguir na direção da defesa da classe ou do grupo atingido.</p>
--	--	--	---

Título: Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN. Autores: Hiago Trindade de Lira Silva, Gláucia Helena Araújo Russo, Jéssica Lima Rocha Nogueira, Juliana Grasiela da Silva Dantas

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
<p>Buscar refletir sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN, de 2009 a 2012, particularmente em sua modalidade psicológica. Para tanto, tomamos por base os dados do CREAMS e constatamos sua invisibilidade e a necessidade de quebrar o silêncio que lhe rodeia, desnaturalizando e contribuindo para garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.</p>	<p>De fato, a violência é uma relação social e isso nos leva a uma dupla constatação: em primeiro lugar ela não ocorre fora da sociedade, da rede de relações existentes em seu interior; segundo, ela é um fenômeno humano, portanto, só presente nas interações que os seres humanos produzem uns com os outros, com os animais ou com o mundo ao seu redor.</p>	<p>Psicológica</p>	<p>Crianças e adolescentes</p>	<p>Através do arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, a intervenção deste profissional deve ser pautada a fim de denunciar qualquer tipo de violação contra os direitos e seguir na direção da defesa da classe ou do grupo atingido.</p>

Ao realizar a análise da conjuntura brasileira na época em que ocorreu o CBAS 2013, percebe-se que a situação política e econômica passava por um momento de crise que atingiu vários, se não todos, os setores da sociedade, a saber: econômico, político, social, cultural. Destaca-se assim, que essa crise desencadeou um processo de descaracterização dos direitos sociais e as relações de trabalho dos assistentes sociais, que se tornaram precárias. Esses

profissionais passaram a ser requisitados a responder de maneira diferente as demandas postas em seu cotidiano profissional, devido a fragilidade das políticas públicas, a flexibilização e intensificação do trabalho, impedindo o exercício da criticidade, característica fundamental da profissão.

Em face a realidade da crise em 2013, vem-se que as políticas estavam cada vez mais focalizadas e seletivas, estava caminhando de certa forma, em retrocessos. Sendo assim os mais atingidos são as parcelas mais vulneráveis da sociedade, como as crianças e adolescentes. Vimos que se tornaram sujeitos de direitos a partir da promulgação do ECA, antes disso eram tratados como “menores”, não se tinha a visão de, sujeitos em desenvolvimento, momento essencial para formação da fase adulta.

A atuação profissional na questão da violência doméstica se mostrou fragilizada, podendo atribuir isso as consequências da crise econômica, social que atingiram a profissão. Percebe-se que diante desses aspectos, o exercício profissional ficou comprometido, pois o cotidiano do assistente social estava voltado à responder de forma imediata, às demandas, cedendo várias vezes, as urgências e emergências da instituição, deixando de lado o olhar crítico da profissão.

A interdisciplinaridade, é de suma importância para agir contra a violência doméstica, porém as análises demonstraram a falta de equipes multiprofissionais para fortalecer as intervenções, o que também contribuiu para uma atuação deficitária. Cabe ressaltar que as desigualdades sociais e as políticas fragilizadas, as dificuldades de acesso aos direitos sociais, limitam a intervenção profissional.

O trabalho em rede é necessário para tratar dos problemas referentes à negação de direitos das crianças e adolescentes. A violência deve ser analisada através da reflexão da totalidade do fenômeno, ciente que não é algo novo, deve também ter clareza que é fruto das relações sociais. Uma equipe multiprofissional é importante para intervenções mais eficientes, assim como a articulação entre as políticas de assistência, saúde, educação e outras que, visem identificar e criar medidas preventivas contra a violência, focando as crianças e adolescentes para receber os encaminhamentos necessários.

O enfrentamento da violência infanto-juvenil, deve ser desenvolvido por equipes multiprofissionais e interdisciplinar, num trabalho em rede, com a intersetorialidade entre as políticas. Entende-se que diversas barreiras são encontradas no espaço sócio ocupacional, limitando o trabalho do assistente social, dificultando o trabalho em rede pelo fato da grande demanda e do quadro reduzido de profissionais para atender, limitações, portanto há

necessidade de uma intersectorialidade maior entre as políticas para atendimento das demandas.

A violência doméstica quando do tipo física, acaba sendo muita das vezes naturalizada, por ser justificada como forma de disciplinar os filhos. O profissional deve se portar com postura ética, ter ciência das competências profissionais e estar capacitado, para intervir na violência doméstica, pois a mesma é uma expressão da questão social.

Em se tratando da violência tipo negligência, não querendo tirar a culpa da família, percebe-se que muitas das vezes está relacionada a questões políticas e econômicas, sendo assim a família passa a ser vítima da negligência do Estado. O Serviço Social é uma profissão generalista, sua intervenção deve pautar-se na leitura da totalidade social, para buscar formas de garantir os direitos sociais, pois sabemos que a negligência é uma negação de direitos.

Diante dos resultados, os assistentes sociais têm dificuldades em executar suas intervenções, devido as condições de trabalho e até mesmo por falta de uma qualificação. As políticas de proteção à infância e juventude necessitam de mais articulação e intersectorialidade com os outros mecanismos que atuam na defesa dos seus direitos.

Ressalta-se que de acordo com as análises dos artigos, surgiram as hipóteses que a sobrecarga de trabalho, com excessivas horas, devido à lógica da conjuntura do país, consequência da crise intensificada nesse período, concorrem para baixa efetivação das intervenções, e limitou os profissionais de realizarem uma capacitação continuada. Salienta-se que ocorreram dificuldades em realizar intervenções de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social.

Contudo o profissional segue atuando nos casos de violência contra crianças e adolescentes, é importante criar uma conexão entre a rede de diversos setores, promovendo uma interdisciplinaridade para compor ações protetivas e preventivas dentro das leis que garantem os direitos de proteção integral das crianças e adolescentes.

Nos artigos menciona-se a importância da denúncia, na perspectiva da atuação profissional, na questão de negligência, considerada como um dos principais motivos de maus tratos. É dever não somente dos profissionais, mas também da sociedade. A intervenção do Assistente Social, deve focar a viabilização de direitos e não de punir a família. Muitas vezes, a família é vítima da negligência estatal. O profissional de Serviço Social deve ter um direcionamento pautado na reflexão teórico-metodológica e fundamentar-se no Projeto Ético-Político.

No que tange à ação do assistente social em relação à violência psicológica, foi detectado nos trabalhos, a necessidade do rompimento da barreira do silêncio, pois na maioria

das vezes esta violência tem marcas invisíveis e muitas vezes acompanhada de outros tipos de violência intrafamiliares, de difícil percepção. A invisibilidade da violência psicológica na atuação do assistente social, existe a necessidade de o profissional olhar e analisar com mais atenção, incumbência não somente dos profissionais que atuam nesta demanda, mas também da sociedade. Reforçar-se assim a importância do trabalho interdisciplinar.

Para ocorrência de não denúncia da violência psicológica há diversos fatores como: a omissão profissional, ou seja, uma postura profissional de não registrar tal violência, naturalizando-a, sob o critério de não considerar essa ação contra as crianças e adolescentes um tipo de violência, como também por parte da vítima e daquele que pratica tal violência.

QUADRO 5 - Demonstrativo das Publicações dos Anais de 2016

Título: Concomitância entre a Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes e a Violência Conjugal.

Autor: Zelimar Soares Bidarra.

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Incentivar a produção de conhecimentos que melhorem as formas de intervenção. Esse trabalho tem como objetivo argumentar em favor de se ampliar as investigações para que melhor se conheça e se combata as circunstâncias e os fatores de risco para essa concomitância	“...consiste numa violação da liberdade sexual... [porque manifesta-se através de atos que desrespeitam os limites da intimidade e privacidade do corpo]. É praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada.” (BRASIL, Guia Escolar, 2004, p. 36).	Sexual	Crianças e adolescentes	“Diante da falta de competência para assegurar a ação intersetorial, com conexão em redes, se acentuam os prejuízos da cobertura e da proteção integral. Permanece a precarização do atendimento, principalmente para as crianças e os adolescentes vulnerabilizados ou vitimizados pelas violações de direitos e violências”

Título: Um Panorama Sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil. **Autores:** Paula Martins Pimenta, Flávio Augusto Marettisgrilli Siqueira.

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Promover um olhar sobre a questão, relacionando dados estatísticos e as mobilizações e organizações articuladas em prol da elaboração de políticas públicas voltadas ao tema.	Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade (BRASIL, 2006, p.9).	Sexual	Crianças e adolescentes	“É preciso analisar a questão em sua totalidade, uma vez que o dever dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, considerando, em especial, o agir do assistente social, é atuar sempre na proteção dos sujeitos envolvidos, visando cercar um ciclo de violências familiares que se repetem, promover ações preventivas junto às instituições e fortalecer a função protetiva no âmbito das próprias famílias”

Título: O Sistema De Garantia Dos Direitos Das Crianças E Dos Adolescentes (Sgd) No Atendimento Aos Casos De Violência – Potencialidades E Limites.

Autores: Raquel Maíra Dos Santos Alves Militão, Helisama Andreza Dos Santos

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Socializar como o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) atua em meio a tantas dificuldades e tantos limites. Buscamos compreender as contradições existentes no processo de proteção e garantia de direitos que dificultam o restabelecimento dos direitos violados.	o ato ou o jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexual e visa a estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças” (MINAYO, 2005, p.25).	Sexual	Crianças e adolescentes	“As ações e as intervenções realizadas com vistas à resolubilidade de situações de abuso sexual são, muitas vezes, fragmentadas, emergenciais e pontuais. Faz-se necessário, diante do aumento da demanda por atendimento a vítimas de violência, que aumente a quantidade de profissionais para atender e acompanhar estas vítimas e suas famílias, bem como o investimento na formação/capacitação destes profissionais.”

Título: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Boa Vista - Roraima: Limites e Desafios.
Autores: Henriqueta Christina de Alencar F Lima

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Propor uma discussão acerca da violência sexual contra criança e adolescente e a inserção do tema na agenda da política de saúde	[...] Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (GUERRA, 2008, p.42).	Sexual	Crianças e adolescentes	“Reafirmamos que um atendimento é considerado integral requer a interação profissional, para a dimensão interdisciplinar e intersetorial, mediante o estabelecimento de ações entre o setor saúde e áreas como: jurídicas, de segurança, educação, assistência social e outras. Que significa dizer que outros desafios se apresentam, sobretudo na mudança, capacitação e formação de recursos humanos em saúde que discuta e construa um projeto profissional articulado com um projeto de sociedade, que este tenha em pauta respostas concretas nas garantias de direitos dos sujeitos com os quais lidam no seu cotidiano profissional.”

Título: Configurações da Rede de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência na Região dos Campos Gerais/Pr.

Autores: Cleide Lavoratti, Amanda de Mello Silva, Nathany Manosso, Rafael Bozzo Ferrareze, Luana Cristina Da Luz, Aurea Lúcia Pioli Gomes Ferreira, Marjory Furlan Rueda, Gabrielle Christine Ferreira De Souza, Marisa Marques Ribeiro, Dirceia Moreira

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTORES
Discutir os elementos referentes à rede como estratégia operacional de gestão de políticas públicas e como está sendo viabilizada nos dezoito municípios da região dos Campos Gerais/PR, considerando as potencialidades e limitações deste	Não traz um conceito de violência, mas afirma que “a violência contra crianças e adolescentes ser considerado um fenômeno complexo, presente na história da sociedade e adquirindo nossas expressões ao longo do tempo, exige cada vez mais das	Física, sexual, psicológica, negligência	Crianças e Adolescentes	“Os profissionais que trabalham com as vítimas e suas famílias necessitam de capacitação e sensibilização, pois a prática profissional deve estar ancorada no aparato teórico, e a sensibilidade deve estar intrínseca ao trabalho. o profissional

trabalho. Apresentar a composição da rede em cada um dos municípios da região, através do mapeamento das principais instituições.	equipes interdisciplinares, tornando-se essencial capacitações para tais funções, bem como, o envolvimento das políticas públicas setoriais e órgãos do SGD, de modo articulado. (MOTTI; SANTOS, 2009).			deve ampliar seu olhar em relação a situação de violação de direitos apresentada, buscando não atender os casos com o direcionamento somente na vítima, de forma isolada, mas também à família e ao agressor.”
---	---	--	--	--

Título: A (Não) Efetivação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Contexto Capitalista: Abuso e Exploração Sexual.

Autores: Fabiola Pereira Batista, Hayane Brenda Guimarães Da Silva, Erlane Bandeira De Melo Siqueira

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTORES
Elaborar uma reflexão teórica sobre a transição infância/adolescência, além de fomentar o debate sobre a construção de políticas de proteção à criança e ao adolescente no recorte da violência sexual, e sua (não) efetivação no contexto capitalista, abordando o abuso e exploração sexual deste público como uma expressão da questão social	[...] forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração [...] é frequentemente praticado sem uso de força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas (ARAÚJO, 2002, p. 5-6).	Sexual	Crianças e Adolescentes	“Compreendemos o porquê dos avanços da política de combate a violência e exploração sexual de crianças e adolescente encontrarem fortes entraves para sua efetivação, pois mesmo que avancem, encontram entraves para sua efetivação, diante do descompasso da contradição da sociedade brasileira e suas práticas culturais arcaicas interferindo diretamente na implantação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente e de uma política de proteção plena. Precisamos saber que, para tal realização, necessitaríamos superar a ordem política-econômica-social vigente, através de um novo modelo de sociedade pautado na liberdade e justiça social.”

TÍTULO: Análise da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes no município de Caicó/ RN
AUTORES: Silene Jales de Medeiros, Judivanda Kênia Fernandes de Azevedo

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO-ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Mostrar uma reflexão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentando as suas diferentes modalidades e perspectivas do assistente social no atendimento no CREAS de Caicó, assegurando os direitos ao público infanto-juvenil determinado no estatuto da criança e do adolescente (eca).	A palavra violência tem origem no latim: “ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual pode se acrescentar a coação ou coerção psicológica” (LEVISKY, 2000).	Sexual	Crianças e adolescentes	Portanto, a violência contra crianças e adolescentes é um problema que necessita de uma grande atenção por parte de toda a humanidade, por se referir a infringir direitos de cidadãos que estão em condição de pleno desenvolvimento. Bem como também a contratação de profissionais competentes proporcionaria que ações preventivas fossem feitas nas escolas, com alunos e professores, além de associações comunitárias.

TÍTULO: A Subnotificação dos Casos de Violência Contra a Criança e Adolescentes no Sistema de Saúde e a Importância da Intervenção do Serviço Social
AUTORA: Francisca Valéria de Moraes Moura

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO-ALVO	CONSIDERAÇÕES DOS AUTORES
Refletir sobre a subnotificação de violência contra criança e adolescente no hospital das clínicas-UFPE, bem como, debater a importância do serviço social na luta pela garantia dos direitos desse segmento populacional. Busca-se problematizar o papel não só do serviço social, como também de todos os profissionais que trabalham diretamente com	Os diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes não são um fenômeno da contemporaneidade. Relatos de maus-tratos, de negligência, de abandono, de abusos sexuais, são encontrados na mitologia ocidental, em passagens bíblicas, em rituais de iniciação ou de passagens para a idade adulta, fazem parte da história cultural da	Física, sexual, psicológica, negligência	Criança e Adolescentes	O grande desafio se encontra em romper com a cultura do silêncio e até mesmo a cultura da naturalização da violência contra criança e adolescente. É preciso criar novos espaços de diálogo entre a equipe que trabalha com esse público, bem como garantir que ocorra formação para os profissionais e que os mesmos se sintam

<p>crianças e adolescentes. Pretende-se desvelar a necessidade de oferecer melhor preparo para todos os profissionais do sistema nacional de saúde, sobretudo qualificá-los para na identificação de violência, atendendo os protocolos como preconiza o estatuto da criança e adolescente.</p>	<p>humanidade (AZEVEDO, 1989 apud FERREIRA, 2002).</p>			<p>sensibilizados a participar. E acima de tudo que os profissionais tenham o compromisso de identificar a violência e notificar. É preciso considerar também as condições de trabalho em que estes profissionais estão submetidos, pois a grande demanda de atendimentos, a exigência de produtividade, quadro reduzido de funcionários e péssimas condições de trabalho podem comprometer o atendimento do profissional.</p>
---	--	--	--	--

TÍTULO: Serviço Social e a Intersetorialidade no Enfrentamento de Maus Tratos à Criança e ao Adolescente
AUTORES: Leila Chaban, Terezina Fátima Paes de Arruda, Carolina Aparecida Serra Provenzano, Yara Patrícia Antunes Moreira, Yasmim Edfa da Silva Amorim

OBJETIVO	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	PÚBLICO-ALVO	CONSIDERAÇÕES DO AUTORES
<p>Expor a vivência do estágio supervisionado em serviço social no juizado especial cível e criminal (JECRIM), comarca de Várzea Grande-MT, bem como o posicionamento profissional no enfrentamento dos maus tratos às crianças e adolescentes e a intersetorialidade na articulação entre as políticas públicas.</p>	<p>Podemos definir Maus Tratos como toda ação ou omissão por parte do adulto, cuidador ou adolescente de mais idade que possa resultar em dano ao desenvolvimento físico, emocional, intelectual ou social da criança ou do adolescente. (ANGELOS; et al; 2007, p. 10)</p>	<p>Física, sexual, psicológica e negligência</p>	<p>Crianças e Adolescentes</p>	<p>Portanto, a realidade estudada pautada na intersetorialidade nos espaços sócio-ocupacionais e nas redes de proteção, na garantia e efetivação dos direitos individuais e coletivos, na atuação profissional sobre o viés crítico e dialético, os resultados alcançados na interlocução entre a rede de educação e justiça, possibilitou neste processo de formação, a compreensão de uma profissão pautada na competência e qualificação permanente, com princípios norteadores na busca pela justiça social,</p>

				emancipação e autonomia humana.
--	--	--	--	---------------------------------

Conforme apresentado, o quadro demonstrativo reflete que na conjuntura do país em 2016 a crise se aprofundava cada vez mais. O ano ficou marcado pelo ato do impeachment, o país passa a ser assumido por um governo de retrocessos e ataques ao campo social, com reformas trabalhistas e previdenciárias. Como em 2013, as políticas sociais continuaram a sofrer o processo de desmonte, portanto, uma regressão dos direitos sociais.

A precarização do trabalho foi refletida na atuação profissional, a educação também foi afetada, sofrendo cortes de investimento. Assim sendo os assistentes sociais tiveram que lutar para que os direitos conquistados pela profissão não fossem perdidos. Diante da crise surgiram novas demandas institucionais, requisitando novas formas de intervenção para responder de forma imediata, as expressões da questão social.

Com a análise das publicações de 2016, percebe-se que assim como em 2013 a reflexão sobre a atuação dos profissionais estava fragmentada e emergencial, em estudo mais profundo da realidade social não estava sendo realizado, as intervenções de formas imediatas para responder a lógica institucional. As fragilidades de atendimento também se dão pelo número reduzido de profissionais, que causa acúmulo de demandas. A precarização da rede afeta a proteção integral das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, falta intersetorialidade entre os equipamentos sociais que atuam com direitos das crianças e adolescentes, que acabam interferindo no atendimento profissional.

Diante das análises pode-se verificar que a violência sexual foi abordada em todos os artigos selecionados, não se abordando a causa em questão do foco na violência sexual, mas mediante os estudos pode supor que a violência sexual intrafamiliar, talvez porque os outros tipos de violência, acabam sendo mais difíceis de serem identificados. A violência física é vista pela família como forma de educar/disciplinar os filhos, o que acaba sendo naturalizada pelos profissionais, sabe-se que “o abuso físico está relacionado à necessidade do abusador de manter o controle sobre o sistema familiar, seja como manifestação do poder ou pela sua incapacidade em gerenciá-lo, que pode levar o descontrole emocional. (ANTONI 2007 apud HABIGZANG, 2012, p.44).

A violência psicológica é mais difícil de identificar por não deixar marcas físicas, e sim comportamentais, já negligência na maioria das vezes acaba sendo despercebidas sendo relacionada como consequência da pobreza, mas comprova-se mediante os estudos

realizados através dos autores consultados, que a violência perpassa todas as classes sociais, e por isso deve ter um olhar reflexivo sobre cada questão.

Os profissionais de Serviço Social precisam de investimento em capacitação, para que possam ter um olhar crítico e investigativo da realidade em sua totalidade. O atendimento às crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual acaba sendo pontual. Para obter um atendimento de qualidade é necessário a união de vários setores que visem oferecer serviços de qualidade. A atuação deve focar a criança e a família promovendo ações preventivas e protetivas as vítimas, encaminhando para os serviços necessários e especializados.

Relata-se nos artigos que o profissional necessita de qualificação para identificar a violência. Como está preconizado no ECA, a notificação de violência é atribuição de todos os profissionais de saúde. A notificação de violência possibilita: a interrupção do ciclo de violência, subsidiar a elaboração de políticas sociais, gerar encaminhamentos à rede sócioassistencial e desmitificação da notificação como somente policiaesca.

Deve-se considerar as condições de trabalho em que os profissionais estão inseridos, a grande demanda de atendimentos, exigência de produtividade, péssimas condições de trabalho, tornando precarizado o atendimento ao usuário.

Os artigos definem que a violência está relacionada ao uso da força, é um fenômeno histórico que perpassa todas as classes sociais, e devem ser compreendidas atrás das relações da sociedade. Essa violência quando tratada em âmbito doméstico/intrafamiliar se caracteriza por práticas que causam, danos físico, sexual ou psicológico pelos parentes. As publicações quando focam a violência sexual se aproxima com o conceito de que a violência sexual:

Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa (AZEVEDO e GUERRA, 2005, p. 16).

A atuação do assistente social é nas mais diversas expressões da questão social, por meio de propostas para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, para a promoção da ética e cidadania com os usuários, para ampliação do acesso aos seus direitos. Neste aspecto, o assistente social é fundamental para construir e fortalecer as redes e articulação entre os serviços e ações para que sejam acessados pelos usuários.

A ação do Serviço Social no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, existem vários desafios impostos, principalmente em relação à efetivação do ECA, o qual decreta que

são sujeitos de direitos. O assistente social desenvolve o seu trabalho com as famílias por meio do acolhimento, atendimentos (individuais/grupais), visitas domiciliares, acompanhamento, encaminhamentos aos serviços necessários.

Em síntese as publicações de 2013 e 2016 afirmam que os assistentes sociais devem se aperfeiçoar para atuar na questão da violência contra crianças e adolescentes, e não temer denunciar esses atos, pois estão respaldados pelo Código de Ética Profissional. É importante garantir os direitos previstos no ECA e utilizar os instrumentais corretos para essa ação, apoderando-se de uma escuta qualificada. Muitas vezes os assistentes sociais, em vários casos, sentem-se acuados em denunciar maus tratos, as vezes por estarem despreparados, ou por terem naturalizados a violência, quase sempre devido as instituições querem respostas imediatas, tornando o profissional engessado.

Ressalta-se que mesmo com as conquistas dos direitos, as crianças e adolescentes, as redes de proteção estão fragilizadas. A atuação do Serviço Social que visa ampliar e assegurar a plenitude dos direitos humanos de crianças e adolescentes, enfrenta um grande desafio devido à falta de comunicação entre os órgãos. A prevenção é importante para enfrentar a violência doméstica, é necessário para a formação e o fortalecimento de redes de proteção Integral, ampliação das redes intersetoriais e por isso os assistentes sociais precisam conhecer o seu papel dentro das equipes multiprofissionais. É importante o trabalho multiprofissional pois contribui para a reflexão do exercício profissional junto aos outros profissionais, para que suas práticas sejam mais críticas.

É oportuno apresentar que através das dimensões teórico- metodológico, técnico-operativo e ético - política, a atuação do assistente social, deve ter o intuito de denunciar qualquer tipo de violação contra os direitos, na defesa do público atendido, devem ser capacitados para atender as demandas que ocorrem no seu cotidiano dentro do parâmetro teórico, observando a realidade em sua totalidade.

Deve considerar que as mudanças estruturais da sociedade, o desenvolvimento da profissão, e as ações quando articuladas ganham maior visibilidade, os profissionais não buscam objetivos individuais, e sim a coletividade. A intersetorialidade nos espaços sócio ocupacionais e nas redes de proteção, são garantias da efetivação dos direitos, tanto individuais como coletivos, sua ação profissional deve ser pautada seguindo um modelo crítico e dialético.

Também é importante que o profissional atue a favor da equidade e justiça social, portando todo arcabouço adquirido na formação profissional. Sabe-se que a dimensão teórico-metodológico é fundamental porque dá aos assistentes sociais a qualificação necessária para

conhecer a realidade em que vai atuar, e assim aplicar os instrumentais necessários. É oportuno declarar que a busca pelo aperfeiçoamento deve continuar após a graduação, o profissional deve-se atualizar pois as demandas vão se reformulando de acordo com a lógica do capital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises das experiências profissionais, conforme foi tratado no objetivo do presente trabalho, percebe-se que apesar do avanço no aparato legal, a operacionalização e comunicação dos serviços essenciais, programas e projetos para a proteção à crianças e adolescentes muitas das vezes se tornou falha, e os serviços precisam de maiores investimentos, e de intersetorialidade.

Nos artigos avaliados demonstram que em se tratando de violência doméstica, quebra-se o pensamento de que esse fenômeno somente acontece em famílias da classe social baixa. A realidade mostrou que acontece em todas as classes sociais e que muitas famílias de classes sociais baixas acabam levando a culpa, pela situação em que vivem.

Comprova-se também que as crianças e adolescentes estão em fase de formação e dependem de suas famílias, e quando ocorrem situações de violência contra essa categoria eles são os maiores vitimados e sofrem efeitos perversos no campo psicológico, físico, emocional, sente-se desprotegidos porque o lugar ao quem deveria dar essa proteção é quem está violando seus direitos. Fica difícil de identificar essa violência devido ao silêncio das vítimas e dos agressores e de quem presencia a violência, devido ao domínio exercido pelos pais.

A falta de uma escuta qualificada contribui para que não se perceba as situações de violência em que as crianças e adolescentes podem estar passando no ambiente familiar. Mostrou-se também que o profissional de Serviço Social encontra diversas barreiras no espaço sócio- ocupacional, que limitam o seu trabalho, devido à grande demanda e a quantidade reduzida de profissionais para atender.

Sobre a questão da denúncia, muitos Assistentes Sociais sentem-se despreparados para denunciar esses maus tratos, ou terem naturalizados a violência. Através do arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, a atuação do assistente social deve ter o intuito de denunciar qualquer tipo de violação contra os direitos, em defesa do público atendido. É necessária a capacitação para a leitura e compreensão da realidade em que se insere os usuários, com um olhar na totalidade sobre a criança e a família, numa exigência à responsabilidade do Estado em decorrência das desigualdades, diminuindo a punição e a culpabilização da família.

Os serviços essenciais para a promoção da proteção às crianças e adolescentes são de responsabilidade do poder público, embora tenha ocorrido um avanço no aparato legal em

prol desta população, os serviços são focalizados, as políticas têm se efetuado em caráter de residualidade, de seletividade, de maneira curativa e não preventiva.

A violência intrafamiliar está inserida na violência social, resultado das relações desiguais, preconceito, altruísmo, com comportamentos de individualismo, decorrente do projeto neoliberal, fortalecendo o descaso do Estado em relação à violência intrafamiliar, para a implantação de políticas públicas para prevenção, tratamento e proteção das famílias.

Apontou-se também que é preciso ter conhecimentos especializados, escuta qualificada que pode levar a não temer denunciar e garantir a essa categoria o que está disposto no ECA. É preciso desvestir-se dos preconceitos, os quais tornam-se mais fortes quando o público atendido é de camadas sociais mais baixas. Que é necessário investir em qualificação continuada e os assistentes sociais precisam ter uma postura investigativa, para que possa intervir de forma consciente na questão da violação de direitos, é importante trabalhar em parceria com os profissionais que lidam com a questão da violência contra crianças e adolescentes de forma a fortalecer a rede de proteção a esse segmento. É preciso ter clareza que não tem como acabar com a violência na sociedade capitalista, mas o que se pode é buscar formas de diminuir sua incidência, através de análises da sociedade, capacitação e compreensão das relações sociais da sociedade atual.

A intervenção do assistente social no atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência se efetua por meio dos instrumentos técnicos-operativos, tendo como base as orientações teórico-metodológicas: escuta qualificada, visão crítica da realidade, direção ético-política, conhecimento e domínio técnico, reconhecimento dos aspectos sociais, subjetivos.

A atuação do Serviço Social tem um papel bastante importante, porém nem sempre é possível exercer esse papel da forma que deveria ser, isso acontece por conta das condições de trabalho que lhes são oferecidas. As condições de trabalho não contribuem tornando-se um desafio em relação a profissão. A luta é por condições melhores na garantia de direitos e para atender a demanda que lhe é oferecida.

Em suma foi visto que a conjuntura do país nos períodos analisados, estava passando por um momento de crise, onde as políticas sociais foram as mais atingidas. Todos esses fatores também contribuíram para que atuação profissional fosse prejudicada. As buscas realizadas no CBAS, mostram que são uns eventos que contribuem para a formação dos assistentes sociais e contem importantes relatos das experiências profissionais e debates com importantes reflexões da profissão, com vistas a fortalecer a categoria.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para O Curso De Serviço Social**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Rio De Janeiro, 1996.

_____. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas**. Projeto ABEPSS Itinerante, 2014.

AZEVEDO M. A, GUERRA V. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um Cenário em Desconstrução**. UNICEF, 2005.

BRANCO, M. A. O., TOMANIK, E. A. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento**. In: Psicologia & Sociedade; p.402-411, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Direitos Humanos De Crianças E Adolescentes: 20 Anos Do Estatuto**. Secretaria De Direitos Humanos. Brasília, Dezembro de 2010.

BRUSQUE. **Tipos de Pesquisa**. Centro Universitário de Brusque. Santa Catarina, 2012

14º CBAS. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2013**. CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. 2013. Aguas de Lindoia/ São Paulo. 2013. (CD-ROM)

15º CBAS. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2016**. CFESS, CRESS, ABESS e ENESSO. Olinda / Pernambuco. 2016 (CD-ROM)

CRESS-SE. **O Assistente Social**. Comissão de Orientação E Fiscalização Profissional-Cofi-CFESS. Disponível em http://site.cress-se.org.br/?page_id=139 acesso 25 fev. 2017

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. - 10. Ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **30 anos do Congresso da Virada**. CFESS Manifesta, São Paulo, 2009

_____. **Histórico de Eventos**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/eventos-historico/page/2/filtro/null/ordem/null> (acesso em 19 fev. 2017)

CFESS. Manifesta. **14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2013**. Gestão tempo de Luta e Resistencia. Brasília-DF, 2013.

_____. **14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2013**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1022>

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/ MG. **Ocupação Urbana: O lugar que o Serviço Social precisa Ocupar**. Boletim Conexão Gerais. 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Boletim-67.pdf>

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; FALEIROS, Eva Silveira. **ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: edição eletrônica, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 2010

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos**. UFJF/ Juiz de Fora, 2012. p. 39-65.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Base para a palestra ministrada no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, maio, 2007, promovido pelo CRESS-6ª. Reg.

HABIGZANG, Luísa F. et al. Violência contra crianças e adolescentes *teoria, pesquisa e prática*. In: **Perfil da violência em famílias com história de abuso físico**. Porto Alegre: 2012, Artmed, p. 43-53.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São o, Cortez, 2006.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. **Atribuições Privativas do Assistente Social em Questão**. CFESS. 2012.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

KELLIN Elaine, CAMILO, Lucimar. **Violência Intrafamiliar**. VII ENPPEX. Artigo. 2011. Disponível em: www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/servico-social/06-servico-social.pdf. Acesso em: 04/03/2017

MINAYO, M. C. de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 10 (Suplemento 1), 1994. pp. 07-18.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Para que tudo não termine como um “caso de família”:** aportes para um debate sobre violência doméstica. *Katálysis*, Florianópolis, v. 6, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7122/6623> acesso em: 20 fev. 2017

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017

NETO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social No Brasil Pós-64**. São Paulo. Cortez, 2009

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo, Nova Cultural, Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Ingrid Aparecida de; PARRÃO, Juliene Aglio Oliveira. **A Garantia de Direitos Frente à Violência Intrafamiliar Contra Criança e Adolescente**. Londrina PR, 2015

RIZZINI, Irene. **25 anos do ECA: avanços e desafios**. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI, 2015

_____; PILOTTI, Francisco. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009

SERIBELLI, Nathália Hernandes. **Violência doméstica contra criança e adolescente “um crime entre quatro paredes”**. Artigo. 2009. Disponível em: intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1710/1633. Acessado no dia: 04/03/2017

SILVA, J.Fernando Siqueira da. Autocracia Burguesa e Renovação do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social: Resistência e Emancipação?** São Paulo, Cortez, 2013.

ANEXO

ANEXO A: APRESENTAÇÃO DO 14º CBAS 2013



Apresentação

É com imensa satisfação que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), a Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), dão as boas-vindas as/aos participantes do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nesta edição, realizado no período de 14 a 18 de outubro de 2013, em Águas de Lindóia - São Paulo, com o tema central “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social”.

O Congresso reafirma a importância da socialização do conhecimento e do debate do Serviço Social que este evento vem proporcionando ao longo do tempo, acrescido da rica convivência entre profissionais de todas as regiões do país, durante estes cinco dias de intenso trabalho. Igualmente, sendo um evento de natureza político-científica, os debates travados aqui vão cumprir o papel de subsidiar a construção da agenda destas entidades nacionais da categoria – Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Considerado o maior evento do Serviço Social brasileiro, este ano conta com a inscrição de, aproximadamente, 3000 pessoas entre profissionais e estudantes. Foram aprovados 1288 trabalhos, destes serão apresentados 959 na modalidade de apresentação oral e 161 na sessão pôster, totalizando 1120 trabalhos. Esse número expressa a relevância do CBAS para a categoria.

O tema “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social” foi definido tendo em vista, as expressões da crise estrutural do capital, agudizadas em 2008. Seus efeitos destrutivos se estendem por toda parte, nas diferentes dimensões da vida social e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais de sobrevivência humana, se expressando na deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, na desregulamentação dos direitos historicamente conquistados, na desorganização política dos sujeitos coletivos e na criminalização dos movimentos sociais.

Trata-se de um momento de inflexão histórica, que repercute diretamente nas refrações da questão social, com destaque para a reconfiguração das políticas sociais. Tal processo, se traduz na destruição de direitos, os quais assumem cada vez mais o caráter minimalista e meritocrático determinado pela mercantilização acelerada dos serviços públicos. Discutir o trabalho profissional no contexto desta crise é uma exigência para que a/o Assistente Social potencialize no seu trabalho cotidiano, o compromisso com a direção social assumida pela profissão, em seu caráter ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo. A realização do CBAS reafirma os princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional e da Lei de regulamentação da profissão de 1993, que ao completarem 20 anos se mantêm em consonância com a luta em prol da emancipação humana. Daí, a radicalidade na defesa do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.

Neste sentido, este Congresso está constituído de conferências de abertura e encerramento; mesas redondas simultâneas; sessões temáticas de trabalho; plenárias simultâneas; lançamento de livros; atividades culturais e de um ato público “**Sem movimento não há liberdade: Luta e resistência contra a repressão ontem e hoje**”, reafirmando este evento, também, como um espaço de luta política.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram na realização deste evento, em especial: comissão organizadora, pareceristas, assessorias temáticas, coordenação de mesas e sessões temáticas e palestrantes. Nossos agradecimentos, também, ao Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Caixa Econômica Federal, CNPq e CAPES pelo apoio recebido.

Congratulamo-nos com as/os assistentes sociais e desejamos a todas/os um excelente congresso.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Conselho Regional de Serviço Social – 9ª Região/SP

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO

ANEXO B: APRESENTAÇÃO DO 15° CBAS 2014



15° CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAL **05 A 09 DE SETEMBRO DE 2016 – OLINDA – PE** *"80 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL"*

Apresentação

Realizar o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é motivo de imensa satisfação para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (CRESS-PE), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O Evento mais expressivo da categoria nesta edição, realizado no período de 05 a 09 de setembro de 2016, na cidade de Olinda-PE, tem como tema os “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”. Nesta ocasião é o momento de celebrar algumas datas significativas para a trajetória da profissão, pois são 80 anos de criação do primeiro curso que marca o início do Serviço Social no Brasil, 60 anos de fundação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e 20 anos das Diretrizes Curriculares.

Nos últimos cinco anos, a categoria de assistentes sociais no Brasil duplicou o seu tamanho. Somos aproximadamente, 170 mil profissionais com desafios constantes e que se ampliam neste contexto obscuro de crise do capital e de ataques aos princípios democráticos e às conquistas de direitos sociais para a classe trabalhadora.

A comemoração desses 80 anos enseja não somente uma celebração festiva, mas também atividades acadêmico-científicas, políticas e culturais neste que é, reconhecidamente, o maior congresso da categoria profissional no país. O temário convida os/as assistentes sociais para refletirem sobre a trajetória percorrida pelos/as sujeitos históricos que construíram a profissão no Brasil e, ao mesmo tempo, reafirmarem a direção teórica, técnica e ético-política que a identifica na realidade brasileira contemporânea.

Diante de tal cenário, foi necessário se repensar a estrutura do congresso, de modo que possamos ampliar o acesso ao seu conteúdo, sem perder a profundidade dos debates realizados, a qualidade da logística e tampouco aumentar seus custos. Daí a inovação da apresentação dos trabalhos na forma de pôsters, que permitiu a aprovação de 1.427, um crescimento de 10% do quantitativo de trabalhos que serão expostos pelas/os autoras/es por mais tempo, potencializando a troca e a síntese mais acurada da produção coletiva da categoria por meio do trabalho das assessorias temáticas.

O slogan “a certeza na frente, a história na mão” expressa mais do que o conhecido refrão da música que embalou uma geração nas lutas pela redemocratização no Brasil. Expressa uma perspectiva de análise da profissão que a situa historicamente, ao mesmo tempo em que conclama a centralidade dessa história para a construção de estratégias contemporâneas. Neste sentido, a programação do Congresso contempla a alusão aos 80 anos da profissão permeada pela diversidade crescente dos temas que mobilizam e preocupam os/as assistentes sociais, possibilitando um importante espaço de identificação de aliados e reafirmação de princípios.

Congratulamo-nos com todos/as participantes do Congresso e desejamos um excelente evento!

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
 Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco – 4º Região (CRESS-PE)
 Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)
 Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)